

**SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE EM DISSÍDIOS INDIVIDUAIS DO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**

**1 – CANCELADA**

**2 – CANCELADA**

**3 – CANCELADA**

**4 – CANCELADA**

**5 – CANCELADA**

**6 – CANCELADA**

**7 – CANCELADA**

**8 – CANCELADA**

**9 – CANCELADA**

**10 – CANCELADA**

**11 – CANCELADA**

**12 – CANCELADA**

**13 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. FORMA DE CÁLCULO. DIREITO ADQUIRIDO.**

Inexiste direito adquirido contra ato administrativo que, ao determinar a devida adequação do cálculo do adicional por tempo de serviço dos servidores, nada mais fez do que dar cumprimento às disposições contidas no art. 37, XIV, da Carta Magna, e no art. 17, do ADCT. (Resolução Administrativa n. 01, de 12 de fevereiro de 2001 - DOE de 15/02/2001, página 1; DOE de 20/02/2001, página 1 e DOE de 23/02/2001, página 1)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n. 01, de 12 de fevereiro de 2001

Plenário, em sessão judicial realizada em 26 de outubro de 2000, no Processo nº **1749/2000-IJ-6**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma**

15.224/1999-RE-7 - (Processo 0003000-62.1998.5.15.0122 RE) - Rel. Luis Roberto Nunes  
Acórdão No. 7.629/00-SPAJ, disponível a partir de 13/03/2000

13.373/1999-RE-2 - Processo 0003300-24.1998.5.15.0122 RE) - Rel. José Antonio Pancotti  
Acórdão No. 9.919/00-SPAJ, disponível a partir de 28/03/2000

**3ª Turma**

13701/1999-RE-4 - (Processo 0042500-38.1998.5.15.0122 RE) - Rel. Luiz Carlos Araújo  
Acórdão No. 013473/2000-SPAJ, disponível a partir de 10/04/2000

**4ª Turma**

14.000/1999-REO-6 - (Processo 0031200-79.1998.5.15.0122 REO) - Rel. Jaime Soler Baró  
Acórdão No. 9.337/00, disponível a partir de 13/03/2000

13.702/99-RE-0 - (Processo 0042400-83.1998.5.15.0122 RE) - Rel. Alberto da Costa Junior  
Acórdão No. 10.730/00-SPAJ, disponível a partir de 28/03/2000

#### **5ª Turma**

13.342/99-REO-3 - (Processo 0030400-51.1998.5.15.0122 REO) - Rel. Ana Lucia Pereira  
Acórdão No. 8.234/00-SPAJ, disponível a partir de 13/03/2000

14.001/1999 -REO- 1 - (Processo 0031000-72.1998.5.15.0122 REO) - Rel. Helena Rosa Mônaco  
da Silva Lins Coelho

Acórdão no. 11.092/00-SPAJ, disponível a partir de 28/03/2000

**14 – CANCELADA**

**15 – CANCELADA**

**16 – CANCELADA**

**17 – CANCELADA**

**18 – CANCELADA**

**19 – CANCELADA**

**20 – CANCELADA**

**21 - FALÊNCIA. CABIMENTO DA DOBRA PREVISTA NO ART. 467, DA CLT.** É cabível a aplicação da dobra prevista no art. 467, da CLT, quando a decretação da falência é posterior à realização da primeira audiência. (Resolução Administrativa n. 03, de 24 de julho de 2001 - DOE de 27/07/2001, página 1; DOE de 31/07/2001, página 1 e DOE de 02/08/2001, página 1)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n. 03, de 24 de julho de 2001

Plenário, em sessão administrativa realizada em 05 de julho de 2001, no Processo nº **GP 11/1997** - **Tema 25** (Vol. VIII - pág. 1459 e ss)

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma**

24173/00-ROS-7 - Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella

Acórdão No. 045814/2000- SPAJ, disponível a partir de 04/012/2000

34477/00-ROS-1 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Acórdão No. 002454/2001- SPAJ, disponível a partir de 15/01/2001

21273/99-RO-5 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Acórdão No. 015967/00-SPAJ, disponível a partir de 16/05/2000

28098/00-ROS-0 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Acórdão No. 039899/2000-SPAJ, disponível a partir de 19/10/2000

**4ª Turma**

002735/01-ROS-0 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Acórdão No. 013327/2001-SPAJ, disponível a partir de 19/04/2001

000840/00-RO-8 - Rel. Alberto da Costa Junior

Acórdão No. 029764/00-SPAJ, disponível a partir de 15/08/2000

001718/00-RO-7 - Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper

Acórdão No. 019677/00-SPAJ, disponível a partir de 30/05/2000

033987/00-ROS-1 - Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho

Acórdão No. 000159/01-SPAJ, disponível a partir de 15/01/2001

**5ª Turma**

02103/00-RO-6 - Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri

Acórdão No. 022539/00-SPAJ, disponível a partir de 04/07/2000

026867/00-ROS-5 - Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Acórdão No. 041585/00- SPAJ, disponível a partir de 06/11/2000

023980/00-ROS-1 - Rel. Valdevir Roberto Zanardi

Acórdão No. 038520/00-SPAJ, disponível a partir de 19/10/2000

017202/00-ROS-0 - Rel. Valdevir Roberto Zanardi

Acórdão No. 033727/00-SPAJ, disponível a partir de 18/09/2000

## **22 – CANCELADA**

**23 - AGRAVO DE INSTRUMENTO.** Não cabimento de decisão colegiada. (Resolução Administrativa n. 01, de 20 de fevereiro de 2008 - Publicada no DOE de 25/02/2008, 27/02/2008 e 28/02/2008, p.1)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n. 01, de 20 de fevereiro de 2008

Plenário, em Sessão Especial realizada em 13/12/2007, no Processo nº **00080-31.2007.5.15.0897 MA**

### Julgados referenciados:

#### **Tribunal Pleno**

0142400-88.2006.5.15.0000 - Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper

Acórdão disponível a partir de 13/04/2007

0212640-79.2004.5.15.0095 - Rel. Luiz Carlos de Araújo

Acórdão disponível a partir de 27/07/2006

0088340-34.5.15.2003.0013 - Rel. Luiz Carlos de Araújo

Acórdão disponível a partir de 19/05/2005

#### **1ª Turma - 1ª Câmara**

0080200-46.2001.5.15.0121 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Acórdão disponível a partir de 24/10/2003

**24 - LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. SERVIDOR PÚBLICO. REMUNERAÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. OFENSA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA INICIATIVA LEGISLATIVA.** É inconstitucional o art. 84 da Lei Orgânica Municipal de Tatuí que criou vantagens aos seus servidores municipais, em face da reserva constitucional prevista pelo art. 61, § 1º, inciso II da CF/1988, que define a iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo. (Resolução Administrativa n. 06, de 10 de junho de 2009 - Publicada no DOE de 16/06/2009, 17/06/2009 e 18/06/2009)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n. 06, de 10 de junho de 2009

Tribunal Pleno, em Sessão realizada em 30/04/2009

[Julgados referenciados:](#)

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0023200-93.2007.5.15.0116 - Rel. Marcelo Garcia Nunes

Acórdão disponível a partir de 26/08/2008

0163000-10.2005.5.15.0116 - Rel. Nildemar da Silva Ramos

Acórdão disponível a partir de 30/10/2007

**6ª Turma - 12ª Câmara**

0018200-15.2007.5.15.0116 - Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo

Acórdão disponível a partir de 30/11/2009

**25 - ARTIGO 93 DA LEI COMPLEMENTAR N. 1, DE 2001, DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO. DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO. EXPRESSÃO DISCRIMINADORA. INCONSTITUCIONALIDADE.** O art. 93, da Lei Complementar n. 1, de 2001, do Município de Rio Claro, é inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia, não podendo ser oposto aos empregados públicos contratados validamente sem concurso, anteriormente à Constituição Federal de 1988. Manutenção do artigo da Lei, dele retirando-se a expressão "concursados", considerada discriminatória. (Resolução Administrativa n. 06, de 22 de abril de 2010 - Divulgada no DEJT de 26/04/2010, página 2. Divulgada no DEJT de 28/04/2010, página 1. Divulgada no DEJT de 03/05/2010, página 1)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n. 06, de 22 de abril de 2010

Tribunal Pleno, em Sessão realizada em 04/03/2010

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0301200-53.2007.5.15.0010 - Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva

Acórdão disponível a partir de 03/06/2010

**26 - JUROS DE MORA. NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE.** O art. 404 e seu parágrafo único, do Código Civil de 2002, conferem natureza estritamente indenizatória aos juros de mora incidentes sobre as prestações de pagamento em dinheiro, porque visam à integral reparação das perdas e danos, sendo, portanto, insusceptíveis de incidência de imposto de renda, a teor do que preconiza o inciso I do § 1º do art. 46 da Lei n. 8.541/1992. (Resolução Administrativa n. 14, de 25 de novembro de 2010 - Divulgada no DEJT em de 30/11/2010, página 1, no DEJT do dia 02/12/2010, página 1 e no DEJT do dia 06/12/2010, página 1. Republicada no DEJT de 29/11/2011, página 01.)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N. 14, de 25 de novembro de 2010

Tribunal Pleno, em Sessão realizada em 11/11/2010, no processo nº **0041700-27.2009.5.15.0897 PA**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0038800-44.2008.5.15.0012 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Acórdão disponível a partir de 24/02/2012

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0001470-48.2010.5.15.0010 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Acórdão disponível a partir de 03/02/2012

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0075600-03.2008.5.15.0067 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Acórdão disponível a partir de 28/10/2010

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0141400-83.2008.5.15.0129 - Rel. Fábio Grasselli

Acórdão disponível a partir de 23/03/2012

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0050900-43.2007.5.15.0084 - Rel. Fábio Allegretti Cooper

Acórdão disponível a partir de 14/01/2011

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0001500-76.2009.5.15.0153 - Rel. José Antonio Pancotti

Acórdão disponível a partir de 24/09/2010

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0006300-18.2009.5.15.0002 - Rel. José Pitas

Acórdão disponível a partir de 28/10/2011



**27 - INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. REMUNERAÇÃO. CONSTATAÇÃO DE VÍCIO DE INICIATIVA LEGISLATIVA. RECONHECIMENTO.** É inconstitucional o § 4º do art. 109 da Lei Orgânica Municipal de Penápolis, que criou vantagens aos seus servidores municipais celetistas, em face da reserva constitucional prevista pelo art. 61, § 1º, inciso II, da CF/1988, que define a iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo. (Resolução Administrativa n. 05, de 13 de junho de 2012 - Divulgada no Publicado Acórdão em 15/06/2012, páginas 01 e 02; Publicado Acórdão em 18/06/2012, página 03; Publicado Acórdão em 19/06/2012, página 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 05, de 13 de junho de 2012

Tribunal Pleno, em Sessão realizada em 17 de maio de 2012

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0001122-76.2010.5.15.0124 - Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero Da Silva

Acórdão disponível a partir de 26/10/2012

0001320-16.2010.5.15.0124 - Rel. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite

Acórdão disponível a partir de 03/08/2012

0001654-50.2010.5.15.0124 - Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper

Acórdão disponível a partir de 23/09/2011

## **28 – CANCELADA**

## **29 – CANCELADA**

**30 - MUNICÍPIO DE GUAREÍ. LEI MUNICIPAL Nº 9/97. CESTAS BÁSICAS.** A Lei nº 9, de 3 de março de 1997, do Município de Guareí, é uma norma de natureza meramente autorizativa, que não obriga a Administração a fornecer cestas básicas aos servidores públicos municipais. (Resolução Administrativa n. 11, de 1º de outubro de 2012 - DEJT de 03.10.2012, p.1)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11, de 1º de outubro de 2012

Tribunal Pleno, em Sessão realizada em 02 de agosto de 2012, nos autos dos Processos nº **0074000-88.2009.5.15.0041 IUJ e 0000558-47.2011.5.15.0000 IUJ**

### Julgados referenciados:

#### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0064000-29.2009.5.15.0041 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Publicado acórdão em 16/04/2010

#### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0093600-95.2009.5.15.0041 - Rel. Rosemeire Uehara Tanaka

Publicado acórdão em 23/04/2010

#### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0028800-92.2008.5.15.041 - Rel. Elency Pereira Neves

Publicado acórdão em 24/07/2009

0143900-95.2008.5.15.0041 - Rel. Marcos da Silva Pôrto

Publicado acórdão em 14/05/2010

**31 - INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 2.299/2006 DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS. TRANSFORMAÇÃO DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE 'MONITOR DE CRECHE' EM EMPREGOS DE 'PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL'. APROVEITAMENTO DOS SERVIDORES EM EMPREGOS DE CARREIRA DIVERSA, DEFINIDA POR EXIGÊNCIA EDUCACIONAL MAIS ELEVADA, SEM CONCURSO PÚBLICO. OFENSA AO ARTIGO 37, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.** São inconstitucionais, por violação do artigo 37, inciso II, da Constituição de 1988, os artigos 78 e 80, e correspondentes parágrafos, da Lei Municipal nº 2.299/2006 de Itápolis, ao determinarem o aproveitamento, sem concurso público, de Monitores de Creche, cuja admissão requeria a formação no Ensino Fundamental completo, em empregos de 'Professor de Educação Infantil I', os quais se situam em carreira diversa, exigem maior grau de qualificação educacional e, à luz da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), contemplam atribuições de maior responsabilidade. (Resolução Administrativa n. 6, de 7 de maio de 2014 - (\*) Republicada por erro material. D.E.J.T de 16/5/2014, págs. 01 e 02; D.E.J.T de 19/5/2014, págs. 01 e 02; D.E.J.T de 20/5/2014, págs. 01 e 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 6, de 7 de maio de 2014

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 20 de março de 2014, nos autos do Processo Administrativo nº **0000325-34.2010.5.15.0049 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000325-34.2010.5.15.0049 - Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Publicado acórdão em 29/08/2014

**32 - EMBARGOS À EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. PRAZO.** É de 30 dias o prazo para a fazenda pública apresentar embargos à execução, nos termos do art. 1º B da lei n. 9.494/97. (Resolução Administrativa n. 8, de 14 de julho de 2014 - Divulgada no D.E.J.T de 15/7/2014, págs. 05-06; D.E.J.T de 18/7/2014, págs. 03-04; D.E.J.T de 21/7/2014, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 8, de 14 de julho de 2014

Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa, realizada em 16 de junho de 2014, nos autos do Processo Administrativo nº **0000437-73.2013.5.15.0897 PA - Proposta nº 5**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0032200-06.2001.515.0124 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Acórdão disponível a partir de 20/02/2013

0069000-80.1999.5.15.0034 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Acórdão disponível a partir de 23/07/2001

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0056100-81.1995.5.15.0074 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Acórdão disponível a partir de 16/10/2009

0000032-60.2012.5.15.0060 - Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Acórdão disponível a partir de 05/07/2013

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0107700-65.1997.5.15.0109 - Rel. José Pitas

Acórdão disponível a partir de 16/04/2008

0143200-30.2005.5.15.0137 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Acórdão disponível a partir de 04/10/2011

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0063800-39.2006.5.15.0134 - Rel. Rita de Cassia Penkal Bernardino de Souza

Acórdão disponível a partir de 19/10/2010

0092900-74.1998.5.15.0019 - Rel. Mariane Khayat

Acórdão disponível a partir de 22/08/2003

**3ª Turma - 5ª Câmara**

000548-74.2011.5.15.0041 - Rel. Ana Maria de Vasconcellos

Acórdão disponível a partir de 18/05/2012

0084300-61.1999.5.15.0041 - Rel. Ana Maria de Vasconcellos

Acórdão disponível a partir de 04/09/2009

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0183400-29.2003.5.15.0047 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Acórdão disponível a partir de 26/04/2011

0188800-60.1999.5.15.0048 - Rel. Henrique Damiano

Acórdão disponível a partir de 29/04/2005

#### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0000549-59.2011.5.15.0041 - Rel. Renato Buratto

Acórdão disponível a partir de 30/07/2012

0077100-73.1997.5.15.0105 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Acórdão disponível a partir de 12/05/2006

#### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0087700-10.1996.5.15.0067 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Acórdão disponível a partir de 20/03/2010

0190400-88.1996.5.15.0059 - Rel. Luis Carlos Cândido Martins Sotero da Silva

Acórdão disponível a partir de 09/11/2012

#### **5ª Turma - 9ª Câmara**

0062900-681998.5.15.0059 - Rel. Elency Pereira Neves

Acórdão disponível a partir de

0023100-73.1996.5.15.0036 - Rel. Gerson Lacerda Pistori

Acórdão disponível a partir de 05/03/2010

#### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0072700-76.2005.5.15.0059 - Rel. Valdevir Roberto Zanardi

Acórdão disponível a partir de 22/01/2013

0001400-09.1997.5.15.0100 - Rel. Fernando da Silva Borges

Acórdão disponível a partir de 14/08/2009

#### **6ª Turma - 11ª Câmara**

0077800-27.2009.5.15.0041 - Rel. Eder Sivers

Acórdão disponível a partir de 15/05/2012

0107700-65.1997.5.15.0109 - Rel. José Pitas

Acórdão disponível a partir de 09/05/2008

**33 - JUSTIÇA GRATUITA. PROVA PARA CONCESSÃO AO TRABALHADOR. SIMPLES DECLARAÇÃO.** A prova dos requisitos do § 3º do artigo 790 da CLT para a concessão de justiça gratuita ao trabalhador pode ser feita por simples declaração do beneficiário, sob as penas da lei, implicando presunção "juris tantum". (Resolução Administrativa n. 8, de 14 de julho de 2014 - Divulgada no D.E.J.T de 15/7/2014, págs. 05-06; D.E.J.T de 18/7/2014, págs. 03-04; D.E.J.T de 21/7/2014, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 8, de 14 de julho de 2014

Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa, realizada em 16 de junho de 2014, nos autos do Processo Administrativo nº **0000437-73.2013.5.15.0897 PA - Proposta nº 6**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0054300-45.2009.5.15.0068 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Acórdão disponível a partir de 17/05/2011

0036200-76.2008.5.15.0068 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Acórdão disponível a partir de 28/10/2011

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0057200-42.2009.5.15.0119 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Acórdão disponível a partir de 19/03/2013

0036600-24.2008.5.15.0090 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Acórdão disponível a partir de 13/01/2012

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000927-93.2011.5.15.0112 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Acórdão disponível a partir de 09/04/2013

0002000-50.2008.5.15.0001 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Acórdão disponível a partir de 30/03/2012

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0200400-19.2005.5.15.0129 - Rita de Cassia Penkal Bernardino de Souza

Acórdão disponível a partir de 09/04/2013

0006900-12.2008.5.15.0087 - Dagoberto Nishina de Azevedo

Acórdão disponível a partir de 18/10/2011

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000458-39.2011.5.15.0050 - Rel. Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo Moraes

Acórdão disponível a partir de 19/06/2012

000100-63.2008.5.15.0120 - Rel. Ana Maria de Vasconcelos

Acórdão disponível a partir de 13/05/2011

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0129000-70.2008.515.0021 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Acórdão disponível a partir de 18/09/2012

0000284-14.2011.5.15.0120 - Rel. Roberto Nóbrega de Almeida Filho

Acórdão disponível a partir de 17/08/2012

#### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0000464-60.2011.5.15.0013 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Acórdão disponível a partir de 29/01/2013

0000045-10.2011.5.15.0120 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Acórdão disponível a partir de 23/03/2012

#### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0000611-86.2011.5.15.0013 - Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper

Acórdão disponível a partir de 03/09/2012

0000087-81.2011.5.15.0145 - Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper

Acórdão disponível a partir de 08/06/2012

#### **5ª Turma - 9ª Câmara**

0000735-98.2011.5.15.0068 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Acórdão disponível a partir de 26/03/2013

0000145-74.2011.5.15.0068 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Acórdão disponível a partir de 22/06/2012

#### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0000621-64.2011.515.0132 - Rel. Valdevir Roberto Zanardi

Acórdão disponível a partir de 17/09/2012

0000101-58.2011.5.15.0115 - Rel. Fabio Grasselli

Acórdão disponível a partir de 08/03/2013

#### **6ª Turma - 11ª Câmara**

0001628-57.2011.515.0111 - Rel. Eder Sivers

Acórdão disponível a partir de 22/01/2013

0000004-84.2011.5.15.0074 - Des. Flavio Nunes Campos

Acórdão disponível a partir de 18/01/2013

**34 - DOENÇA PROFISSIONAL. CONCAUSA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS.** O nexu concausal entre o trabalho e a doença, nos termos do art. 21, I, da Lei n. 8.213/91, gera direito à indenização por danos moral e material, desde que constatada a responsabilidade do empregador pela sua ocorrência. (Resolução Administrativa n. 8, de 14 de julho de 2014 - Divulgada no D.E.J.T de 15/7/2014, págs. 05-06; D.E.J.T de 18/7/2014, págs. 03-04; D.E.J.T de 21/7/2014, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 8, de 14 de julho de 2014

Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa, realizada em 16 de junho de 2014, nos autos do Processo Administrativo nº **0000437-73.2013.5.15.0897 PA - Proposta nº 10**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

000600-80.2008.5.15.0040 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Acórdão disponível a partir de 22/05/2009

0067900-95-2009.5.15.0016 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Acórdão disponível a partir de 18/03/2011

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0032200-45.2009.5.15.0085 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Acórdão disponível a partir de 01/06/2012

0006700-02.2008.5.15.0088 - Rel. Mariane Khayat

Acórdão disponível a partir de 13/11/2009

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0092000-48.2009.5.15.0038 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Acórdão disponível a partir de 13/04/2012

0006400-04.2008.5.15.0100 - Rel. José Pitas

Acórdão disponível a partir de

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0022100-76.2008.5.15.0146 - Rel. Manoel Carlos Toledo Filho

Acórdão disponível a partir de 23/03/2012

0033700-79.2008.5.15.0151 - Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Acórdão disponível a partir de 07/10/2011

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0026700-49.2009.5.15.0068 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Acórdão disponível a partir de 11/02/2011

0008500-60.2008.5.15.0122 - Rel. Ana Maria Vasconcellos

Acórdão disponível a partir de 02/09/2011

**3ª Turma - 6ª Câmara**



0000805-59.2011.5.15.0119 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Acórdão disponível a partir de 01/03/2013

0001800-17.2008.5.15.0139- Rel. Henrique Damiano

Acórdão disponível a partir de 11/10/2012

#### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0005700-75.2002.5.15.0023 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Acórdão disponível a partir de 11/03/2011

0000618-54.2010.5.15.0097 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Acórdão disponível a partir de 20/07/2013

#### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0000298-15.2010.5.15.0061 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Acórdão disponível a partir de 05/07/2013

0000353-77.2010.5.15.0121 - Rel. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite

Acórdão disponível a partir de 03/08/2012

#### **5ª Turma - 9ª Câmara**

0000006-71.2010.5.15.0112 - Rel. Elency Pereira Neves

Acórdão disponível a partir de 22/06/2012

0000043-42.2010.5.15.0066 - Rel. Suzana Monreal Ramos Nogueira

Acórdão disponível a partir de 07/10/2011

#### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0000079-56.2010.5.15.0043 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Acórdão disponível a partir de 11/01/2013

0000118-65.2010.5.15.0136 - Rel. Fernando da Silva Borges

Acórdão disponível a partir de 24/08/2012

#### **6ª Turma - 11ª Câmara**

0017400-81.2009.5.15.0062 - Rel. Eder Sivers

Acórdão disponível a partir de 11/01/2013

0000281-91.2010.5.15.0153 - Rel. Flavio Nunes Campos

Acórdão disponível a partir de 12/04/2013

**35 - ACIDENTE DE TRABALHO. PROVA DO ATO OU DO FATO. PRESUNÇÃO DE OCORRÊNCIA DO DANO MORAL.** Provado o acidente de trabalho, desnecessária a demonstração do dano moral, por ser este presumível e aferível a partir do próprio ato ou fato danoso. (Resolução Administrativa n. 8, de 14 de julho de 2014 - Divulgada no D.E.J.T de 15/7/2014, págs. 05-06; D.E.J.T de 18/7/2014, págs. 03-04; D.E.J.T de 21/7/2014, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 8, de 14 de julho de 2014

Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa, realizada em 16 de junho de 2014, nos autos do Processo Administrativo nº **0000437-73.2013.5.15.0897 PA - Proposta nº 11**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0324000-71.2005.5.15.0131 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Acórdão disponível a partir de 26/07/2011

0000373-78.2010.5.15.0150 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Acórdão disponível a partir de 30/09/2011

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0153000-43.2009.5.15.0137 - Rel. Susana Graciela Santiso

Acórdão disponível a partir de 16/04/2013

0000002-86.2010.5.15.0127 - Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Acórdão disponível a partir de 10/08/2012

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000100-44.2009.5.15.0018 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Acórdão disponível a partir de 09/04/2013

0000292-52.2010.5.15.0111 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Acórdão disponível a partir de 05/07/2013

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000574-80.2011.5.15.0006 - Rel. Dagoberto Nishina

Acórdão disponível a partir de 14/03/2013

0000042-22.2010.5.15.0110 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Acórdão disponível a partir de 13/07/2012

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0123300-64.2009.5.15.0026 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Acórdão disponível a partir de 08/11/2011

0000153-85.2010.5.15.0019 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Acórdão disponível a partir de 17/08/2012

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0000916-29.2010.5.15.0135 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Acórdão disponível a partir de 19/03/2013

0000026-96.2010.5.15.0036 - Rel. Roberto Nóbrega de Almeida Filho

Acórdão disponível a partir de 25/05/2012

#### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0000131-85.2012.5.15.0074 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Acórdão disponível a partir de 26/02/2013

0000810-30.2011.5.15.0136 - Rel. Renato Buratto

Acórdão disponível a partir de 05/07/2013

#### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0182700-92.2006.5.15.0097 - Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper

Acórdão disponível a partir de 02/04/2013

0000091-86.2012. 5.15.0112 - Rel. Claudinei Zapata Marques

Acórdão disponível a partir de 07/07/2013

#### **5ª Turma - 9ª Câmara**

0001126-64.2010.515.0011 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Acórdão disponível a partir de 20/08/2012

0000185-36.2010.5.15.0011 - Rel. Elency Pereira Neves

Acórdão disponível a partir de 17/08/2012

#### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0061000-45.2009.5.15.0130 - Rel. João Alberto Alves Machado

Acórdão disponível a partir de 04/12/2012

0000078-04.2011.5.15.0054 - Rel. Fernando da Silva Borges

Acórdão disponível a partir de 14/06/2013

#### **6ª Turma - 11ª Câmara**

0193300-28.2009.5.15.0111 - Rel. Flavio Nunes Campos

Acórdão disponível a partir de 05/02/2013

0000053-49.2010.5.15.0143 - Rel. Eder Sivers

Acórdão disponível a partir de 15/02/2013

**36 - ACIDENTE DE TRABALHO. PENSÃO. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL.** A determinação de constituição de capital para garantia de Execução de pensão alimentar, na forma do artigo 475-Q do CPC, constitui faculdade do juiz e sua concessão de ofício não configura decisão "extra petita". (Resolução Administrativa n. 8, de 14 de julho de 2014 - Divulgada no D.E.J.T de 15/7/2014, págs. 05-06; D.E.J.T de 18/7/2014, págs. 03-04; D.E.J.T de 21/7/2014, pág. 02)

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 8, de 14 de julho de 2014**

Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa, realizada em 16 de junho de 2014, nos autos do Processo Administrativo nº **0000437-73.2013.5.15.0897 PA - Proposta nº 14**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0130900-69.2009.5.15.0016 - Rel. Claudinei Zapata Marques

Acórdão disponível a partir de 30/3/2012

0074500-94.2008.5.15.0040 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Acórdão disponível a partir de 17/09/2010

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000033-97.2010.5.15.0130 - Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella

Acórdão disponível a partir de 15/10/2012

0102600-10.2008.5.15.0024 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Acórdão disponível a partir de 03/06/2011

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0008200-86.2007.5.15.0105 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Acórdão disponível a partir de 20/03/2009

0054200-91.2007.5.15.0058 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Acórdão disponível a partir de 28/10/2010

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0261100-65.2008.5.15.0125 - Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo

Acórdão disponível a partir de 25/08/2011

0000524-84.2011.5.15.0028 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Acórdão disponível a partir de 13/07/2012

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0001623-51.2010.5.15.0117 - Rel. Ana Maria de Vasconcellos

Acórdão disponível a partir de 12/06/2012

0044700-46.2007.5.15.0043 - Rel. Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes

Acórdão disponível a partir de 24/09/2010

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0003500-67.2007.5.15.0105 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Acórdão disponível a partir de 19/11/2010

0005700-02.2007.5.15.0023 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Acórdão disponível a partir de 19/06/2009

#### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0131200-90.2006.5.15.0095 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Acórdão disponível a partir de 01/10/2012

0079800-95.2007.5.15.0129 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Acórdão disponível a partir de 27/03/2009

#### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0134700-10.2008.5.15.0156 - Rel. Luis Carlos Cândido Martins Sotero da Silva

Acórdão disponível a partir de 04/06/2012

0034800-83.2007.5.15.0093 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Acórdão disponível a partir de 04/11/2011

#### **5ª Turma - 9ª Câmara**

0004385-96.2007.5.15.0003 - Rel. Nildemar da Silva Ramos

Acórdão disponível a partir de 27/11/2009

0001761-64.2010.5.15.0134 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Acórdão disponível a partir de 20/02/2013

#### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0030700-47.2007.5.15.0138 - Rel. José Antonio Pancotti

Acórdão disponível a partir de 14/10/2011

0007400-02.2008.5.15.0080 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Acórdão disponível a partir de 04/11/2011

#### **6ª Turma - 11ª Câmara**

0050900-30.2006.5.15.0132 - Rel. Flavio Nunes Campos

Acórdão disponível a partir de 23/10/2012

0012800-46.5.15.2007.5.15.0075 - Rel. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite

Acórdão disponível a partir de 21/08/2009

**37 - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. SINDICATO. LEGITIMIDADE AD CAUSAM. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.** O sindicato profissional detém legitimidade para propor ação em nome próprio, reivindicando direitos individuais homogêneos dos integrantes da categoria, a teor do inciso III, do artigo 8º, da Constituição Federal. (Resolução Administrativa n. 8, de 14 de julho de 2014 - Divulgada no D.E.J.T de 15/7/2014, págs. 05-06; D.E.J.T de 18/7/2014, págs. 03-04; D.E.J.T de 21/7/2014, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 8, de 14 de julho de 2014

Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa, realizada em 16 de junho de 2014, nos autos do Processo Administrativo nº **0000437-73.2013.5.15.0897 PA - Proposta nº 15**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0057600-71.2008.5.15.0093 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Acórdão disponível a partir de 16/09/2011

0001996-10.2010.5.15.0044 - Rel. Claudinei Zapata Marques

Acórdão disponível a partir de 02/12/2011

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000836-75.2011.5.15.0088 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Acórdão disponível a partir de 15/02/2013

0000143-07.2010.5.15.0095 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Acórdão disponível a partir de 15/07/2011

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0001382-71.2010.5.15.0022 - Rel. José Pitas

Acórdão disponível a partir de 06/07/2012

0001923-25.2010.5.15.0016 - Rel. Helcio Dantas Lobo Junior

Acórdão disponível a partir de 18/05/2012

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0187900-94.2003.5.15.0094 - Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Acórdão disponível a partir de 07/10/2011

0000527-74.2010.5.15.0028 - Rel. Manoel Carlos Toledo Filho

Acórdão disponível a partir de 08/04/2011

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000104-77.2012.5.15.0147 - Rel. Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes

Acórdão disponível a partir de 05/10/2012

0000169-31.2010.5.15.0151 - Rel Ana Maria de Vasconcellos

Acórdão disponível a partir de 29/04/2011

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0000094-80.2012.5.15.0002 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Acórdão disponível a partir de 11/01/2013

0000764-87.2010.5.15.0035 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Acórdão disponível a partir de 30/03/2012

#### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0000590-06.2011.5.15.0080 - Rel. Renato Buratto

Acórdão disponível a partir de 22/03/2013

0000124-34.2010.5.15.0084 - Rel. Fabio Grasselli

Acórdão disponível a partir de 17/02/2012

#### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0000243-36.2011.5.15.0059 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Acórdão disponível a partir de 01/03/2013

0000924-84.2010.5.15.0012 - Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper

Acórdão disponível a partir de 24/06/2011

#### **5ª Turma - 9ª Câmara**

0000972-31.2010.5.15.0016 - Rel. Elency Pereira Neves

Acórdão disponível a partir de 11/10/2012

0000332-29.2010.5.15.0145 - Rel. Suzana Monreal Ramos Nogueira

Acórdão disponível a partir de 23/09/2011

#### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0000294-61.2011.5.15.0022 - Rel. Fabio Grasselli

Acórdão disponível a partir de 05/10/2012

0000238-90.2010.5.15.0142 - Rel. Valdevir Roberto Zanardi

Acórdão disponível a partir de 15/07/2011

#### **6ª Turma - 11ª Câmara**

0000315-37.2011.5.15.0022 - Rel. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite

Acórdão disponível a partir de 11/01/2013

0000502-11.2010.5.15.0077 - Rel. Flavio Nunes Campos

Acórdão disponível a partir de 10/08/2012

**38 - ACIDENTE DE TRABALHO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. ÔNUS DA PROVA.** É do empregador o ônus de provar a alegação de culpa exclusiva da vítima em acidente de trabalho. (Resolução Administrativa n. 8, de 14 de julho de 2014 - Divulgada no D.E.J.T de 15/7/2014, págs. 05-06; D.E.J.T de 18/7/2014, págs. 03-04; D.E.J.T de 21/7/2014, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 8, de 14 de julho de 2014

Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa, realizada em 16 de junho de 2014, nos autos do Processo Administrativo nº **0000437-73.2013.5.15.0897 PA - Proposta nº 17**

**Entendimento reafirmado - Tese Jurídica nº 48 de IRDR**

**“Por constituir fato impeditivo ao direito postulado (art. 818, II, da CLT c/c art. 373, II, do CPC), compete ao empregador o ônus de comprovar, de forma robusta e inequívoca, a ocorrência de culpa exclusiva do empregado como causa do infortúnio laboral.”** (IRDR 0018529-54.2025.5.15.0000 - Seção de Uniformização de Jurisprudência – Acórdão publicado em 11/09/2025 – Relator Desembargador Wilton Borba Canicoba)

[Julgados originários do IRDR:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0011737-48.2023.5.15.0067 - Rel. Ricardo Antonio De Plato

Acórdão disponível a partir de 17/06/2025

0010304-43.2020.5.15.0122 - Rel. Ricardo Antonio De Plato

Acórdão disponível a partir de 16/08/2022

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0011131-47.2024.5.15.0079 - Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim

Acórdão disponível a partir de 28/01/2026

0011195-43.2023.5.15.0095 - Rel. Susana Graciela Santiso

Acórdão disponível a partir de 27/05/2025

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0011064-05.2022.5.15.0095 - Rel. Rosemeire Uehara Tanaka

Acórdão disponível a partir de 24/06/2025

0010678-94.2023.5.15.0141 - Rel. Robson Adilson De Moraes

Acórdão disponível a partir de 27/01/2025

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0012010-60.2021.5.15.0111 - Rel. Cristiane Montenegro Rondelli

Acórdão disponível a partir de 13/06/2025

0010250-34.2023.5.15.0070 - Rel. Mari Angela Pelegrini

Acórdão disponível a partir de 02/12/2024



### **3ª Turma - 5ª Câmara**

0010930-63.2023.5.15.0120 - Rel. Samuel Hugo Lima

0010133-66.2024.5.15.0051 - Rel. Gisela Rodrigues Magalhaes de Araujo E Moraes

Acórdão disponível a partir de 03/09/2025

0011451-77.2021.5.15.0152 - Rel. Lucia Zimmermann

Acórdão disponível a partir de 13/03/2025

### **3ª Turma - 6ª Câmara**

0010464-95.2022.5.15.0058 - Rel. Marcelo Magalhães Rufino

Acórdão disponível a partir de 05/11/2024

0010164-37.2023.5.15.0014 - Rel. Teresa Cristina Pedrasi

Acórdão disponível a partir de 02/07/2025

### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0010795-21.2024.5.15.0054 - Rel. Eder Sivers

Acórdão disponível a partir de 12/08/2025

0010847-74.2023.5.15.0111 - Rel. Wellington Amadeu

Acórdão disponível a partir de 12/09/2025

### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0011441-59.2022.5.15.0132 - Rel. Antonia Sant'Ana

Acórdão disponível a partir de 21/05/2025

0010222-68.2024.5.15.0058 - Rel. Andrea Guelfi Cunha

Acórdão disponível a partir de 19/08/2025

### **5ª Turma - 9ª Câmara**

0010003-40.2024.5.15.0063 - Rel. Maria da Graça Bonança Barbosa

Acórdão disponível a partir de 26/06/2025

0010588-44.2024.5.15.0079 - Rel. Mauricio de Almeida

Acórdão disponível a partir de 26/06/2025

### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0010168-50.2023.5.15.0119 - Rel.: Juliana Benatti

Acórdão disponível a partir de 01/10/2025

0010501-48.2022.5.15.0018 - Rel. Edison Dos Santos Pelegrini

Acórdão disponível a partir de 29/01/2025

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0011201-13.2020.5.15.0012 - Rel. Ana Lucia Cogo Casari Castanho Ferreira

Acórdão disponível a partir de 05/11/2024

0012678-67.2021.5.15.0002 - Rel. Laura Bittencourt Ferreira Rodrigues

Acórdão disponível a partir de 03/09/2025

[Julgados referenciados da Súmula:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0011500-25.2009.5.15.0125 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Acórdão disponível a partir de 24/02/2012

0071900-11.2005.5.15.0039 - Rel. Maria Cristina Mattioli

Acórdão disponível a partir de 10/09/2010

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0188000-11.2009.5.15.0071 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Acórdão disponível a partir de 06/11/2012

0147400-50.2009.5.15.0037 - Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella

Acórdão disponível a partir de 31/10/2012

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0142400-73.2005.5.15.0081 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Acórdão disponível a partir de 18/12/2012

0000025-68.2011.5.15.0006 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Acórdão disponível a partir de 18/01/2013

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000188-50.2011.5.15.0006 - Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Acórdão disponível a partir de 11/12/2012

0000619-21.2011.5.15.0124 - Rel. Manoel Carlos de Toledo Filho

Acórdão disponível a partir de 31/10/2012

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0055100-77.2009.5.15.0099 - Rel. Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes

Acórdão disponível a partir de 12/03/2013

0407700-75.2009.5.15.0010 - Rel. Ana Maria de Vasconcellos

Acórdão disponível a partir de 05/04/2013

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0062400-34.2007.5.15.0011 - Rel. Henrique Damiano

Acórdão disponível a partir de 03/08/2012

0000273-25.2010.5.15.0118 - Rel. Roberto Nóbrega de Almeida Filho

Acórdão disponível a partir de 09/11/2012

#### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0000744-82.2012.5.15.0017 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Acórdão disponível a partir de 14/06/2013

0002162-42.2010.5.15.0044 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Acórdão disponível a partir de 18/01/2013

#### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0000485-52.2010.5.15.0116 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Acórdão disponível a partir de 19/02/2013

0145900-72.2005.5.15.0009 - Rel. Thomas Malm

Acórdão disponível a partir de 24/05/2013

#### **5ª Turma - 9ª Câmara**

0155200-52.2009.5.15.0095 - Rel. Elency Pereira Neves

Acórdão disponível a partir de 11/10/2012

0008900-67.2007.5.15.0071 - Rel. Gerson Lacerda Pistori

Acórdão disponível a partir de 05/10/2010

#### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0000059-29.2010.5.15.0055 - Rel. Fernando da Silva Borges

Acórdão disponível a partir de 05/10/2012

0125200-47.2009.5.15.0070 - Rel. Fabio Grasselli

Acórdão disponível a partir de 17/02/2012

#### **6ª Turma - 11ª Câmara**

0001079-56.201.5.15.0087 - Rel. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite

Acórdão disponível a partir de 27/07/2012

0000281-91.2010.5.15.0153 - Rel. Flavio Nunes Campos

Acórdão disponível a partir de 02/04/2013

0000480-38.2010.5.15.0081 - Rel. Flavio Nunes Campos

Acórdão disponível a partir de 02/04/2013

**39 - CARTEIRA DE TRABALHO. ANOTAÇÃO A CARGO DO EMPREGADOR. FIXAÇÃO DE ASTREINTES. POSSIBILIDADE.** A determinação de anotação da CTPS diretamente pelo empregador, com fixação de astreintes, não afronta o art. 39, § 1º, da CLT, nem constitui julgamento extra petita, diante do que dispõe o art. 461, § 4º, do CPC. (Resolução Administrativa n. 8, de 14 de julho de 2014 - Divulgada no D.E.J.T de 15/7/2014, págs. 05-06; D.E.J.T de 18/7/2014, págs. 03-04; D.E.J.T de 21/7/2014, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 8, de 14 de julho de 2014

Tribunal Pleno, em Sessão Administrativa, realizada em 16 de junho de 2014, nos autos do Processo Administrativo nº **0000437-73.2013.5.15.0897 PA - Proposta nº 18**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0075200-62.2005.5.15.0109 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Acórdão disponível a partir de 04/12/2006

0146900-25.2005.5.15.0101 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Acórdão disponível a partir de 06/09/2007

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0195200-86.2009.5.15.0130 - Rel. Susana Graciela Santiso

Acórdão disponível a partir de 26/11/2012

0001839-81.2010.5.15.0094 - Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Acórdão disponível a partir de 30/11/2012

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0001210-62.2011.5.15.0130 - Rel. José Pitas

Acórdão disponível a partir de 01/02/2013

0052100-87.20085.15.0072 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Acórdão disponível a partir de 28/10/2010

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000590-20.2011.5.15.0043 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Acórdão disponível a partir de 18/01/2013

0095000-44.2008.5.15.0021 - Rel. Samuel Hugo Lima

Acórdão disponível a partir de 26/11/2010

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000101-13.2011.5.15.0033 - Rel. Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes

Acórdão disponível a partir de 30/03/2012

0044400-30.2006.5.15.0137 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Acórdão disponível a partir de 28/08/2009

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0000419-20.2011.5.15.0025 - Rel. Henrique Damiano

Acórdão disponível a partir de 01/02/2013

0000001-63.2012.5.15.0020 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Acórdão disponível a partir de 30/11/2012

#### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0089200-69.2008.5.15.0139 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Acórdão disponível a partir de 23/07/2010

0019700-95.2006.5.15.0005 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Acórdão disponível a partir de 27/10/2006

#### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0001556-37.2011.5.15.0025 - Rel. Luis Carlos Cândido Martins Sotero da Silva

Acórdão disponível a partir de 12/04/2013

0018600-23.2008.5.15.0042 - Flavio Allegretti de Campos Cooper

Acórdão disponível a partir de 10/02/2012

#### **5ª Turma - 9ª Câmara**

0000631-68.2011.5.15.0016 - Rel. Elency Pereira Neves

Acórdão disponível a partir de 15/06/2012

0132800-25.2005.5.15.0082 - Rel. Elency Pereira Neves

Acórdão disponível a partir de 27/07/2007

#### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0000295-43.2011.5.15.0023 - Rel. Fernando da Silva Borges

Acórdão disponível a partir de 04/05/2012

0000015-72.2010.5.15.0002 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Acórdão disponível a partir de 19/08/2011

#### **6ª Turma - 11ª Câmara**

0000134-78.2012.5.15.0126 - Rel. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite

Acórdão disponível a partir de 15/02/2013

0001487-32.2011.5.15.0113 - Rel. Flavio Nunes Campos

Acórdão disponível a partir de 11/01/2013

**40 - MUNICÍPIO DE PANORAMA. LEI nº 229/2012. ABONO DE ANIVERSÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. CONFIGURAÇÃO.** A instituição de abono de aniversário por meio da lei ordinária nº 229, de 03 de abril de 2012, além de afrontar o disposto no art. 43, X, da Lei Orgânica do Município de Panorama, também viola o princípio do interesse público expresso no artigo 128 da Constituição do Estado de São Paulo, na medida em que privilegia o interesse particular do servidor em detrimento do interesse público. Inconstitucionalidade material configurada. (Resolução Administrativa n. 2, de 3 de março de 2015 - Divulgada no D.E.J.T de 4/3/2015, pág. 01; D.E.J.T de 9/3/2015, pág. 01; D.E.J.T. de 10/3/2015, pág. 1)

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº 2, de 3 de março de 2015**

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 13 de novembro de 2014, nos autos do Processo nº **0006313-47.2014.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000959-22.2013.5.15.0050 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 24/07/2015

**41 - MUNICÍPIO DE IGUAPE. LEI nº 1.936/2.007. ASSISTÊNCIA MÉDICA. CONCESSÃO RESTRITA À CONDIÇÃO DE SINDICALIZADO DO SERVIDOR PÚBLICO. INCONSTITUCIONALIDADE CONFIGURADA.** A concessão do benefício da assistência médica à condição de filiado do servidor público ao sindicato de sua categoria profissional representa violação ao princípio da liberdade de associação insculpido nos artigos 5º, XX, e 8º, V, ambos da Constituição Federal de 1988. Inconstitucionalidade material caracterizada. ( - Divulgada no D.E.J.T de 10/3/2015, págs. 01 e 02; D.E.J.T de 11/3/2015, pag.01; D.E.J.T. de 12/3/2015, pag. 1)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 3, de 9 de março de 2015

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 13 de novembro de 2014, nos autos do Processo nº **0006431-23.2014.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000568-44.2012.5.15.0069 - Rel. Alexandre Vieira dos Anjos

Publicado acórdão em 08/07/2015

**42 - MUNICÍPIO DE AMPARO. REESTRUTURAÇÃO FUNCIONAL E INSTITUIÇÃO DE REGIME JURÍDICO ÚNICO. RESOLUÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL Nº 244/1994. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL.** O estabelecimento de reestruturação funcional e a instituição de regime jurídico único por meio de Resolução editada pela Câmara Municipal configura vício formal de inconstitucionalidade, haja vista o disposto nos arts. 39, "caput", e 61, § 1º, II, "a" e "c", ambos da CF/88, uma vez que tais questões devem ser objeto de lei municipal e, ainda assim, de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo municipal. (Resolução Administrativa n. 8, de 8 de maio de 2015 - Divulgada no D.E.J.T. de 12/05/2015, pág. 01; Publicado Acórdão em 13/05/2015, pág. 01; Publicado Acórdão em 14/05/2015, pág. 01)

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 8, de 8 de maio de 2015**

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 26 de junho de 2014, nos autos do Processo nº **0006153-56.2013.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0000304-25.2010.5.15.0060 - Rel. Thomas Malm

Publicado acórdão em 23/10/2015



**43 - "INCIDENTE DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGO 1º DA LEI Nº 296/2013 DO MUNICÍPIO DE PANORAMA. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO APENAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS ENQUADRADOS ATÉ A REFERÊNCIA 09 DO QUADRO DE VENCIMENTOS. QUEBRA DA ISONOMIA.** A restrição da concessão do auxílio-alimentação, implantado pela Lei Municipal nº 296/2013, do Município de Panorama, apenas aos servidores públicos enquadrados até a referência 09 do quadro de vencimentos, configura quebra do princípio isonômico, em afronta ao postulado insculpido no caput do art. 5º da CF/88, por criar discriminação injustificada entre integrantes da mesma categoria. Inconstitucionalidade material configurada no que toca à expressão "que recebam seus vencimentos até a referência 09", contida no art. 1º da Lei Municipal nº 296/2013". (Resolução Administrativa n. 11, de 29 de junho de 2015 - Divulgada no D.E.J.T. de 01/07/2015, págs. 01/02; D.E.J.T. de 02/07/2015, págs. 01/02; D.E.J.T. de 06/07/2015, págs. 01/02 - Republicada em 12/8/2015, págs. 01/02)

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11, de 29 de junho de 2015**

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 25 de maio de 2015, nos autos do Processo nº **0007094-69.2014.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000919-40.2013.5.15.0050 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 15/07/2016

**44 - "MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 05/90 – INSTITUIÇÃO DE REGIME JURÍDICO ÚNICO. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL DA NORMA.** São inconstitucionais os parágrafos primeiro do artigo 327 e único do artigo 317, da Lei Complementar Municipal nº 05/90 do Município de São José do Rio Preto, pois estabelecem tratamento diferenciado aos servidores em mesma situação jurídica, afrontando o parágrafo primeiro do artigo 39 da Constituição Federal." (Resolução Administrativa n. 11, de 29 de junho de 2015 - Divulgada no D.E.J.T. de 01/07/2015, págs. 01/02; D.E.J.T. de 02/07/2015, págs. 01/02; D.E.J.T. de 06/07/2015, págs. 01/02 - Republicada em 12/8/2015, págs. 01/02)

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11, de 29 de junho de 2015**

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 25 de maio de 2015, nos autos do Processo nºs **0006152-71.2013.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0052200-76.2009.5.15.0017 - Rel. Wilson Pocidonio da Silva

Publicado acórdão em 27/11/2015

**45 - "LEI MUNICIPAL. MUNICÍPIO DE GUAPIARA. SERVIDOR PÚBLICO. LICENÇA-PRÊMIO. EXPRESSÃO DISCRIMINATÓRIA. INCONSTITUCIONALIDADE. PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA IMPESSOALIDADE.** São inconstitucionais, por ofensa aos princípios da isonomia e da impessoalidade, o parágrafo 5º do art. 84 do Decreto Municipal nº 36/90 e o parágrafo 3º do art. 42 da Lei Municipal nº 1.172/98, do Município de Guapiara, que criaram vantagem apenas aos servidores municipais que adquiriram a estabilidade prevista no art. 19 do ADCT." (Resolução Administrativa n. 11, de 29 de junho de 2015 - Divulgada no D.E.J.T. de 01/07/2015, págs. 01/02; D.E.J.T. de 02/07/2015, págs. 01/02; D.E.J.T. de 06/07/2015, págs. 01/02 - Republicada em 12/8/2015, págs. 01/02)

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11, de 29 de junho de 2015**

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 25 de maio de 2015, nos autos do Processo nº **0005686-43.2014.5.15.0000** ArgInc

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000520-20.2012.5.15.0123 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 11/08/2016

**46 - "MUNICÍPIO DE ALUMÍNIO. LEI Nº 711/2002, ART. 14. INCONSTITUCIONALIDADE CONFIGURADA.** A previsão contida no art. 14 da Lei nº 711/2002 do Município de Alumínio referente ao cômputo do descanso semanal remunerado nas horas compreendidas entre as quatro semanas e meia mensais contraria o disposto nos arts. 320 da CLT e 7º, § 2º, da Lei nº 605/49. Inconstitucionalidade configurada, haja vista a competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal de 1988." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2015, de 26 de outubro de 2015 - Divulgada no D.E.J.T. de 28/10/2015, págs. 01/02; D.E.J.T. de 29/10/2015, págs. 01/02; D.E.J.T. de 3/11/2015, págs. 02-03)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2015, de 26 de outubro de 2015

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 20 de agosto de 2015, nos autos do Processo Eletrônico nº **0007083-40.2014.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0001910-70.2012.5.15.0108 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 11/08/2016

**47 - "MUNICÍPIO DE CUNHA. QUINQUÊNIO E SEXTA PARTE. ACRÉSCIMO DE REMUNERAÇÃO. ART. 111 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO (REDAÇÃO DADA POR RESOLUÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL). INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL.** O estabelecimento de acréscimo da remuneração dos servidores públicos por meio de resolução editada pela Câmara Municipal configura vício formal de inconstitucionalidade, haja vista o disposto no artigo 61, parágrafo 1º, II, "a", da Constituição Federal de 1988, uma vez que tal questão deve ser objeto de Lei Municipal e, ainda assim, de iniciativa privada do chefe do Poder Executivo Municipal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2015, de 26 de outubro de 2015 - Divulgada no D.E.J.T. de 28/10/2015, págs. 01/02; D.E.J.T. de 29/10/2015, págs. 01/02; D.E.J.T. de 3/11/2015, págs. 02-03)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2015, de 26 de outubro de 2015

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 20 de agosto de 2015, nos autos dos Processos Eletrônicos nºs **0005490-39.2015.5.15.0000 ArgInc e 0005491-24.2015.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0001324-69.2013.5.15.0020 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 25/01/2016

0001456-29.2013.5.15.0020 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 25/01/2016

**48 - "MUNICÍPIO DE ÁLVARES FLORENCE. EXTINÇÃO DE CARGOS. ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.803/2013. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL.** A extinção de cargos promovida pelo artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 1.803/2013, desacompanhada da comprovação da efetiva necessidade de implementação da medida, configura violação ao disposto no art. 169 da Constituição Federal de 1988, além de desrespeito aos princípios constitucionais da impessoalidade e da isonomia (art. 37, 'caput', ad CF/88)". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2016, de 18 de janeiro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 20/1/2016, págs. 01/02; D.E.J.T. de 22/1/2016, págs. 02/03; D.E.J.T. de 25/1/2016, págs. 01/02.)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2016, de 18 de janeiro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 16 de novembro de 2015, nos autos do Processo nº **0005613-37.2015.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000414-21.2013.5.15.0027 - Rel. Eleonora Bordini Coca

Publicado acórdão em 07/10/2016

**49 - "ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO BONITO – SERVIDOR PÚBLICO – VENCIMENTO – VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO - INCONSTITUCIONALIDADE.** Padece de inconstitucionalidade material o § 7º do art. 129 da Lei Orgânica do Município de Ribeirão Bonito, que estabelecia o vencimento de servidor público municipal nunca inferior a dois salários mínimos, por violação ao art. 7º, IV, da Constituição Federal". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2016, de 18 de janeiro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 20/1/2016, págs. 01/02; D.E.J.T. de 22/1/2016, págs. 02/03; D.E.J.T. de 25/1/2016, págs. 01/02.)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2016, de 18 de janeiro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 16 de novembro de 2015, nos autos dos Processos nºs **0005681-21.2014.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0001018-07.2011.5.15.0106- Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Publicado acórdão em 14/10/2016

**50 - "INTERVALO INTERJORNADAS. INOBSERVÂNCIA.** São devidas, como extraordinárias, as horas laboradas em prejuízo ao intervalo entre duas jornadas de trabalho previsto no art. 66 da CLT. Aplicação analógica do § 4º, do art. 71 da CLT." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 18/3/2016, págs. 02 e 03; D.E.J.T de 21/3/2016, pág. 02; D.E.J.T de 22/3/2016, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 18 de fevereiro de 2016, nos autos do Processo nº **0006270-76.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000903-92.2011.5.15.0006 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 10/10/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0000887-54.2013.5.15.0076 - Rel. Patrícia Glugovskis Penna Martins

Publicado acórdão em 10/10/2014



**51 - "TRABALHO RURAL. PAUSAS PREVISTAS NA NR-31 DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 72 DA CLT.** Face à ausência de previsão expressa na NR 31 do MTE acerca da duração das pausas previstas para os trabalhadores rurais, em atividades realizadas em pé ou que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica, aplicam-se, por analogia, no que tange ao tempo a ser observado e à regularidade do descanso, as disposições contidas no art. 72 da CLT". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 18/3/2016, págs. 02 e 03; D.E.J.T de 21/3/2016, pág. 02; D.E.J.T de 22/3/2016, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 18 de fevereiro de 2016, nos autos do Processo nº **0006271-61.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000359-37.2014.5.15.0156 - Rel. Manoel Carlos Toledo Filho

Publicado acórdão em 04/11/2014.

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001191-10.2013.5.15.0058 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Publicado acórdão em 03/10/2014

**52 - "FÉRIAS. GOZO NA ÉPOCA PRÓPRIA. REMUNERAÇÃO FORA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 145 DA CLT. DOBRA DEVIDA. ART. 137 DA CLT E SÚMULA 450 DO C. TST. É devido o pagamento da dobra da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT e Súmula 450 do C. TST, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 18/3/2016, págs. 02 e 03; D.E.J.T de 21/3/2016, pág. 02; D.E.J.T de 22/3/2016, pág. 02)**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 18 de fevereiro de 2016, nos autos do Processo nº **0006273-31.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0001822-18.2013.5.15.0069 - Rel. Ricardo Antonio de Plato

Publicado acórdão em 14/11/2014

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000450-64.2012.5.15.0135 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 20/03/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0001533-25.2012.5.15.0068 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Publicado acórdão em 15/08/2014

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0001448-86.2013.5.15.0041 - Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Publicado acórdão em 15/05/2015

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0001621-26.2012.5.15.0145 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Publicado acórdão em 12/06/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001910-03.2013.5.15.0022 - Rel. Fabio Allegretti Cooper

Publicado acórdão em 17/07/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000279-80.2013.5.15.0068 - Rel. Carlos Alberto Bosco

Publicado acórdão em 15/08/2014

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0000237-83.2014.5.15.0104 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado acórdão em 23/01/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0000666-18.2013.5.15.0126 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Publicado acórdão em 26/09/2014

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0001220-23.2013.5.15.0038 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Publicado acórdão em 14/11/2014

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001858-36.2012.5.15.0056 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 22/05/2015

**53 - "TRANSPORTE DE VALORES EM BENEFÍCIO DO EMPREGADOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL DEVIDA.** A conduta do empregador de exigir do empregado atividade de transporte de valores, com exposição indevida a situação de risco, enseja o pagamento de indenização por dano moral, nos termos do art. 5º, X, da Constituição Federal". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 18/3/2016, págs. 02 e 03; D.E.J.T de 21/3/2016, pág. 02; D.E.J.T de 22/3/2016, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 003/2016, de 17 de março de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 18 de fevereiro de 2016, nos autos do Processo nº **0006274-16.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0000479-18.2011.5.15.0146 - Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa

Publicado acórdão em 05/04/2013

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0001625-17.2013.5.15.0052 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Publicado acórdão em 03/10/2014

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0002163-09.2013.5.15.0113 - Rel. Des. Carlos Augusto Escanfella

Publicado acórdão em 08/07/2015

**54 - "MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA. LEI N. 3.126/2002. INSTITUIÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA SEM A CORRESPONDENTE FONTE DE CUSTEIO. VIOLAÇÃO À REGRA DA CONTRAPARTIDA. ARTS. 195, § 5º e 201, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL CONFIGURADA.** A Lei n. 3.126/2002 do Município de Pirassununga ao instituir regime complementar de aposentadoria, sob a responsabilidade do município, sem fixar correspondente fonte de custeio, viola a regra da contrapartida, constante do § 5º do art. 195 e do caput do art. 201, ambos da Constituição Federal, que visa estabelecer o equilíbrio financeiro e a garantia do pagamento do benefício". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 004/2016, de 17 de março de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 18/3/2016, págs. 01 e 02; D.E.J.T de 21/3/2016, págs. 01 e 02; D.E.J.T de 22/3/2016, págs. 01 e 02.)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 004/2016, de 17 de março de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 17 de dezembro de 2015, nos autos do Processo nº **0006429-53.2014.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000146-62.2012.5.15.0136 - Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Publicado acórdão em 16/09/2016

**55 - "FUNDAÇÃO CASA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CONTATO HABITUAL COM DOENTES E MATERIAIS INFECTOCONTAGIOSOS.** Comprovado que o trabalhador mantém contato habitual com doentes e materiais infecto contagiosos, o adicional de insalubridade é devido". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 005/2016, de 30 de março de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 01/04/2016, págs. 01 e 02; D.E.J.T de 04/04/2016, págs. 01 e 02; D.E.J.T de 05/04/2016, pág. 01)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 005/2016, de 30 de março de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 18 de fevereiro de 2016, nos autos do Processo nº **0006268-09.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000037-72.2012.5.15.0031 - Rel. Carlos Alberto Bosco

Publicado acórdão em 05/04/2013

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0001134-10.2012.5.15.0031 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 28/03/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0000861-31.2012.5.15.0031 - Rel. Gerson Lacerda Pistori

Publicado acórdão em 06/03/2015

**56 - "DEPÓSITOS DE FGTS. ÔNUS DA PROVA.** Em decorrência do princípio da aptidão da prova, cabe ao empregador o ônus de comprovar a regularidade dos depósitos de FGTS, incumbindo ao empregado apontar eventuais diferenças, ainda que por amostragem". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 005/2016, de 30 de março de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 01/04/2016, págs. 01 e 02; D.E.J.T de 04/04/2016, págs. 01 e 02; D.E.J.T de 05/04/2016, pág. 01)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 005/2016, de 30 de março de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 18 de fevereiro de 2016, nos autos do Processo nº **0006266-39.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000681-94.2011.5.15.0016 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 07/02/2014

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0000734-41.2013.5.15.0037 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Publicado acórdão em 31/01/2014

**57 - "CONTROLES DE PONTO SEM ASSINATURA. EFICÁCIA PROBANTE.** A ausência de assinatura do trabalhador no controle de ponto, por si só, não o invalida como meio de prova, tampouco transfere ao empregador o ônus da prova da jornada de trabalho". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 23/05/2016, págs. 02-04; D.E.J.T de 24/05/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 25/05/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 25 de abril de 2016, nos autos do Processo nº **0006267-24.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000152-06.2012.5.15.0060 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Publicado acórdão em 16/08/2013

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000531-94.2013.5.15.0129 - Rel. João Batista Martins César

Publicado acórdão em 10/04/2015



**58 - "CONTROLE DE PONTO. REGISTRO. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO.** Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal, pois configurado tempo à disposição do empregador, não importando as atividades desenvolvidas pelo empregado ao longo do tempo residual." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 23/05/2016, págs. 02-04; D.E.J.T de 24/05/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 25/05/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 25 de abril de 2016, nos autos do Processo nº **0006269-91.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000221-32.2013.5.15.0083 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Publicado acórdão em 24/10/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0001853-43.2013.5.15.0132 - Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa

Publicado acórdão em 20/03/2015.

**59 - "EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR ANTIGUIDADE.** O direito do empregado da ECT à progressão horizontal por antiguidade não depende da deliberação da diretoria da empresa, quando demonstrado o preenchimento dos requisitos objetivos previstos no plano de cargos e salários. Inteligência da Orientação Jurisprudencial Transitória nº 71 da SBDI-1, TST." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 23/05/2016, págs. 02-04; D.E.J.T de 24/05/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 25/05/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 25 de abril de 2016, nos autos do Processo nº **0006278-53.2015.5.15.0000**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0000964-82.2013.5.15.0005 - Rel. André augusto Ulpiano Rizzardo

Publicado acórdão em 17/10/2014

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0001096-42.2013.5.15.0005 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 19/11/2014

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0001085-13.2013.5.15.0005 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Publicado acórdão em 27/06/2014

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000518-76.2013.5.15.0103 - Rel. Rita de Cássia Penal Bernardino de Souza

Publicado acórdão em 17/04/2015

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0001083-76.2013.5.15.0091 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Publicado acórdão em 12/06/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001052-62.2013.5.15.0089 - Rel. Fabio Allegretti Cooper

Publicado acórdão em 13/03/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000018-77.2013.5.15.0016 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Publicado acórdão em 24/01/2014

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0000980-75.2013.5.15.0089 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 31/03/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0001534-38.2012.5.15.0091 - Rel. Patrícia Glugovskis Penna Martins

Publicado acórdão em 15/05/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0000300-51.2013.5.15.0005 - Rel. João Alberto Alves Machado

Publicado acórdão em 04/08/2014

**6ª Turma - 11ª Câmara**

000656-68.2013.5.15.0127 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 23/01/2015

**60 - "MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE. TRIÊNIO.** O art. 36 da Lei Complementar Municipal 66/2009 não suprimiu o adicional por tempo de serviço, pago anteriormente na modalidade de triênios, mas apenas o incorporou à remuneração, em rubrica específica, não constituindo alteração contratual lesiva. Ausência de violação ao art. 468 CLT." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 23/05/2016, págs. 02-04; D.E.J.T de 24/05/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 25/05/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 25 de abril de 2016, nos autos do Processo nº **0006282-90.2015.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0001088-21.2010.5.15.0086 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo

Publicado acórdão em 24/02/2012

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0001704-93.2010.5.15.0086 - Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Publicado acórdão em 24/02/2012

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000718-42.2010.5.15.0086 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Publicado acórdão em 20/01/2012

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000827-85.2012.5.15.0086 - Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Publicado acórdão em 14/03/2014

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001315-40.2012.5.15.0086 - Rel. Roberto Nóbrega de Almeida Filho

Publicado acórdão em 31/01/2014

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0001457-44.2012.5.15.0086 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Publicado acórdão em 16/08/2013

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0000806-12.2012.5.15.0086 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 25/10/2013

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0000817-75.2011.5.15.0086 - Rel. Regiane Cecília Lizi

Publicado acórdão em 19/10/2012

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000809-64.2012.5.15.0086 - Rel. Hélio Grasselli

Publicado acórdão em 18/10/2013

**61 - "COMISSIONISTA PURO. INTERVALO INTRAJORNADA. NÃO CONCESSÃO OU REDUÇÃO.** A não concessão ou concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo para repouso e alimentação a empregado comissionista puro, sujeito a controle de horário, implica o pagamento total do período correspondente com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, na esteira do item I da Súmula 437 do TST." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 23/05/2016, págs. 02-04; D.E.J.T de 24/05/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 25/05/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 25 de abril de 2016, nos autos do Processo nº **0006463-91.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000447-84.2014.5.15.0056 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Publicado acórdão em 15/05/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001472-93.2013.5.15.0048 - Rel. Luiz Felipe Bruno Lobo

Publicado acórdão em 3/06/2015

**62 - "MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO. DIFERENÇAS SALARIAIS. PROMOÇÃO VERTICAL POR MERECIMENTO. CRITÉRIOS OBJETIVOS. AUTOAPLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 45/2005.** A legislação municipal nº 45/2005 prevê critérios puramente objetivos para a concessão das promoções por merecimento. Uma vez preenchidos os requisitos, os motivos técnicos que deram causa às irregularidades no processo de avaliação de desempenho não podem acarretar prejuízos ao servidor. A municipalidade deve arcar com as consequências de sua omissão e conceder a promoção, em obediência à norma legal que a estatuiu, sob pena de afrontar o princípio da legalidade, previsto no art. 37 da CF/88." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 23/05/2016, págs. 02-04; D.E.J.T de 24/05/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 25/05/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 25 de abril de 2016, nos autos do Processo nº **0006639-70.2015.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0001190-24.2013.5.15.0123 - Rel. Susana Graciela Santiso

Publicado acórdão em 23/01/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0001253-49.2013.5.15.0123 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Publicado acórdão em 31/03/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001182-47.2013.5.15.0123 - Rel. Fabio Allegretti Cooper

Publicado acórdão em 20/06/2015

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0001091-54.2013.5.15.0123 - Rel. Claudinei Zapata Marques

Publicado acórdão em 24/02/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0001112-30.2013.5.15.0123 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 10/02/2015

0001129-66.2013.5.15.0123 - Rel. Gerson Lacerda Pistori

Publicado acórdão em 23/09/2016

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0001119-22.2013.5.15.0123 - Rel. Fabio Grasselli

Publicado acórdão em 31/05/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001058-64.2013.5.15.0123 - Rel. Álvaro dos Santos

Publicado acórdão em 30/09/2014

**63 - "ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEGISLAÇÃO ESTADUAL PAULISTA. ARTS. 7º DA LEI COMPLEMENTAR 987/06 E 51 DA LEI COMPLEMENTAR 1157/11. PREVISÃO DE NATUREZA INDENIZATÓRIA DA IMPORTÂNCIA PAGA A TÍTULO DE PLANTÃO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DETECTADA.** A previsão contida nos arts. 7º da Lei Complementar n.º 987/06 e 51 da Lei Complementar n.º 1.157/11, ambas do Estado de São Paulo, de que a importância paga a título de plantão não se incorporará aos vencimentos e salários para nenhum efeito e não sofrerá descontos previdenciários, viola a Constituição Federal, por contrariar os seus arts. 7º, XIII e XV, e 21, I. Possuindo a União a competência privativa para legislar sobre direito do trabalho, as leis estaduais e municipais a respeito da matéria somente podem ampliar os direitos concedidos aos empregados públicos, em respeito ao princípio da norma mais favorável, sendo-lhes vedada a supressão." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 23/05/2016, págs. 02-04; D.E.J.T de 24/05/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 25/05/2016, págs. 01- 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2016, de 20 de maio de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 25 de abril de 2016, nos autos do Processo nº **0006292-37.2015.5.15.0000 ArgIncCiv**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000543-95.2013.5.15.0004 - Rel. Manoel Carlos de Toledo Filho

Publicada decisão monocrática em 06/07/2016



**64 - "INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO MEDIANTE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. IMPOSSIBILIDADE.** A despeito do reconhecimento constitucional dos ajustes coletivos de trabalho (art. 7º, XXVI), é inválida a cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do período intervalar assegurado no artigo 71, da CLT, destinado à refeição e descanso do empregado, por constituir norma de ordem pública, medida de higiene, saúde e segurança do trabalho." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 008/2016, de 7 de julho de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 08/07/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 11/07/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 12/07/2016, págs. 01- 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 008/2016, de 7 de julho de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 30 de maio de 2016, nos autos do Processo nº **0006276-83.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0003097-12.2012.5.15.0077- Rel. Carlos Alberto Bosco

Publicado acórdão em 05/09/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0003092-87.2012.5.15.0077 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 05/09/2014

**65 - "AVISO PRÉVIO INDENIZADO. NATUREZA JURÍDICA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA.** O aviso prévio indenizado não se destina a remunerar o trabalho prestado, tampouco retribuir tempo à disposição do empregador. Diante da natureza indenizatória da parcela, não há incidência de contribuição previdenciária." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 008/2016, de 7 de julho de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 08/07/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 11/07/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 12/07/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 008/2016, de 7 de julho de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 30 de maio de 2016, nos autos dos Processos nºs **0007090-95.2015.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010324-37.2014.5.15.0092 - Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri

Publicado acórdão em 16/04/2015

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0011270-46.2014.5.15.0015 - Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Publicado acórdão em 28/04/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000647-09.2013.5.15.0030 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Publicado acórdão em 31/01/2014

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0020000-16.2002.5.15.0064 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 06/02/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0116600-85.2008.5.15.0130 - Rel. Fabio Allegretti Cooper

Publicado acórdão em 24/01/2014

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000030-76.2011.5.15.0076 - Rel. Renato Buratto

Publicado acórdão em 08/03/2013

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0014100-57.2007.5.15.0135 - Rel. João Batista da Silva

Publicado acórdão em 10/05/2013

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0000636-58.2010.5.15.0135 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Publicado acórdão em 02/08/2013

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000963-35.2012.5.15.0134 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 30/05/2014

**66 - "JORNADA DE TRABALHO. ADVOGADO EMPREGADO. DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. EXIGÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. LEI 8.906/94. HORAS EXTRAS.** O regime de dedicação exclusiva no labor do advogado deve ser expressamente previsto no contrato de trabalho para que a jornada laboral possa ser elastecida além da quarta diária, nos termos do artigo 20 da Lei 8.906/94, a teor da atual redação do artigo 12 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, modificado em 12/12/2000. A inobservância desse requisito para os ajustes celebrados após a alteração do Regulamento Geral acarreta o direito ao pagamento de horas extras, assim consideradas as excedentes da 4ª diária, salvo prova em sentido contrário." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 008/2016, de 7 de julho de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 08/07/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 11/07/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 12/07/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 008/2016, de 7 de julho de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 30 de maio de 2016, nos autos do Processo nº **0006525-34.2015.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0001275-74.2010.5.15.0071- Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo

Publicado acórdão em 04/04/2014

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0001151-91.2011.5.15.0092 - Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Publicado acórdão em 19/04/2013

**5ª Turma - 10ª Câmara**

2165-07.2012.5.15.0115 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Publicado acórdão em 24/10/2014

0000434-12.2012.5.15.0006 - Rel. Regiane Cecília Lizi

Publicado acórdão em 04/04/2014

**67 - "DANO MORAL. AUSÊNCIA DO REGISTRO DO CONTRATO DE TRABALHO NA CTPS DO EMPREGADO.** A falta de anotação da CTPS, por si só, não configura dano moral ensejador de reparação pecuniária." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 008/2016, de 7 de julho de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 08/07/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 11/07/2016, págs. 01-02; D.E.J.T de 12/07/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 008/2016, de 7 de julho de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 30 de maio de 2016, nos autos dos Processos nºs **0006516-72.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0000232-92.2013.5.15.0008 - Rel. João Batista da Silva

Publicado acórdão em 05/09/2014

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000843-04.2013.5.15.0151 - Rel. Wilton Borba Canicoba

Publicado acórdão em 14/07/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000761-20.2013.5.15.0006 - Rel. Wilton Borba Canicoba

Publicado acórdão em 03/06/2015

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000807-45.2013.5.15.0091 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 28/03/2014

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001580-92.2012.5.15.0037 - Rel. Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti

Publicado acórdão em 30/05/2014

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000442-06.2015.5.15.0044 - Rel. Fabio Allegretti Cooper

Publicado acórdão em 30/04/2014

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0001186-25.2014.5.15.0002 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 31/07/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0002325-30.2012.5.15.0051 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Publicado acórdão em 23/05/2014

**5ª Turma - 10ª Câmara**

2165-07.2012.5.15.0115 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Publicado acórdão em 24/10/2014

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000277-06.2012.5.15.0017 - Rel. Flavio Nunes Campos

Publicado acórdão em 24/01/2014

## **68 – CANCELADA**

**69 - "AÇÃO DE CUMPRIMENTO. SALÁRIO HABITAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO DA CATEGORIA.** A agremiação sindical, por força do parágrafo único do artigo 872 da CLT, tem legitimidade ativa para, em ação de cumprimento, postular, em prol da categoria, o salário habitação previsto em norma coletiva." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 012/2016, de 24 de agosto de 2016 - Divulgada no D.E.J.T de 25/08/2016, pág. 02; D.E.J.T de 26/08/2016, pág. 01; D.E.J.T de 29/08/2016, pág. 01)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 012/2016, de 24 de agosto de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 30 de junho de 2016, nos autos do Processo nº **0006214-43.2015.5.15.0000 IUJ**

### Julgados referenciados:

#### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0000044-06.2014.5.15.0060 - Rel. Regiane Cecília Lizi

Publicado acórdão em 16/09/2014

#### **6ª Turma - 11ª Câmara**

0000120-64.2013.5.15.0060 - Rel. João Batista Martins César

Publicado acórdão em 11/07/2014

**70 - "ACIDENTE/DOENÇA DO TRABALHO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA LESÃO POSTERIOR À 30/12/2004. VIGÊNCIA DA EC 45/2004. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO TRABALHISTA.** Aplica-se a prescrição trabalhista a que alude o art. 7º, XXIX, da CF/88, bienal ou quinquenal, a depender do caso, às pretensões indenizatórias decorrentes de acidente/doença do trabalho quando a ciência inequívoca da lesão ocorrer após 30/12/2004, quando já vigorava a EC 45/2004." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 014/2016, de 3 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 5/10/2016, págs. 01-02; D.E.J.T. de 6/10/2016, págs. 01-02; D.E.J.T. de 7/10/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 014/2016, de 3 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 29 de agosto de 2016, nos autos do Processo nº **0006243-93.2015.5.15.0000**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010029-22.2014.5.15.0117 - Rel. Ricardo Antonio de Plato

Publicado acórdão em 13/07/2015

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0011222-33.2014.5.15.0130 - Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Publicado acórdão em 18/11/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010902-77.2014.5.15.0131 - Rel. José Carlos Ábile

Publicado acórdão em 02/09/2015

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000055-69.2011.5.15.0115 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 26/06/2015

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010103-12.2013.5.15.0085 - Rel. Samuel Hugo Lima

Publicado acórdão em 16/11/2015

00001219-05.2011.5.15.0007 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Publicado acórdão em 31/07/2015

0000579-20.2010.5.15.0077 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 31/07/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0011968-92.2014.5.15.0131 - Rel. Carlos Alberto Bosco

Publicado acórdão em 04/11/2015

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010120-67.2014.5.15.0132 - Rel. Thomas Malm

Publicado acórdão em 11/11/2015



**5ª Turma - 9ª Câmara**

0012169-20.2013.5.15.0099 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 03/12/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0002503-57.2012.5.15.0122 Rel. Antonia Sant'Ana

Publicado acórdão em 30/01/2015

0011466-74.2013.5.15.0007 - Rel. Antonia Sant'Ana

Publicado acórdão em 18/03/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0011595-96.2014.5.15.0087 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 02/12/2015

**71 - "BANCO SANTANDER. GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL PREVISTA EM REGULAMENTO INTERNO. SUPRESSÃO. PRESCRIÇÃO TOTAL.** Tratando se de pedido de diferenças salariais resultantes da supressão ou redução de gratificação semestral, não prevista em lei, aplica-se o entendimento consolidado na Súmula nº 294, primeira parte, do C.TST." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 014/2016, de 3 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 5/10/2016, págs. 01-02; D.E.J.T. de 6/10/2016, págs. 01-02; D.E.J.T. de 7/10/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 014/2016, de 3 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 29 de agosto de 2016, nos autos do Processo nº **0006517-57.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000588-77.2011.5.15.0034 - Rel. Mariane Khayat

Publicado acórdão em 19/10/2012

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000829-04.2012.5.15.0103 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Publicado acórdão em 28/03/2014

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000171-21.2012.5.15.0057 - Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo

Publicado acórdão em 12/04/2013

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000945-85.2011.5.15.0057 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Publicado acórdão em 24/10/2014

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000903-36.2011.5.15.0057 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Publicado acórdão em 18/10/2013

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0000052-17.2012.5.15.0136 - Rel. Claudinei Zapata Marques

Publicado acórdão em 24/01/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0000453-80.2012.5.15.0050 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Publicado acórdão em 12/05/2014

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0001055-93.2010.5.15.0033 - Rel. Valdevir Roberto Zanardi

Publicado acórdão em 06/06/2014

**72 - "AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E CESTA-ALIMENTAÇÃO. ALTERAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA POR NORMA COLETIVA OU ADESÃO AO PAT. OJ Nº 413-SDI1/TST.** A pactuação em norma coletiva conferindo caráter indenizatório à verba "auxílio-alimentação" ou a adesão posterior do empregador ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT - não altera a natureza salarial da parcela, instituída anteriormente, para aqueles empregados que, habitualmente, já percebiam o benefício. Aplicação da OJ nº 413-SDI1/TST." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 014/2016, de 3 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 5/10/2016, págs. 01-02; D.E.J.T. de 6/10/2016, págs. 01-02; D.E.J.T. de 7/10/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 014/2016, de 3 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 29 de agosto de 2016, nos autos do Processo nº **0006997-35.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0125600-75.2009.5.15.0033 - Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri

Publicado acórdão em 30/04/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0002146-96.2012.5.15.0051 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Publicado acórdão em 17/12/2013

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0001979-08.2012.5.15.0010 - Rel. Eleonora Bordini Coca

Publicado acórdão em 07/10/2014

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001095-61.2013.5.15.0036 - Rel. João Batista da Silva

Publicado acórdão em 10/12/2014

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0001601-38.2010.5.15.0005 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 14/04/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

000116-27.2012.5.15.0027 - Rel. Gerson Lacerda Pistori

Publicado acórdão em 09/09/2014

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0001205-27.2011.5.15.0005 - Rel. Valdevir Roberto Zanardi

Publicado acórdão em 18/03/2014

**73 - "AÇÃO COLETIVA E AÇÃO INDIVIDUAL. LITISPENDÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO.** A ação coletiva movida pelo sindicato da categoria, na condição de substituto processual, não induz litispendência em relação à ação individual com o mesmo pedido e a mesma causa de pedir." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 014/2016, de 3 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 5/10/2016, págs. 01-02; D.E.J.T. de 6/10/2016, págs. 01-02; D.E.J.T. de 7/10/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 014/2016, de 3 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 29 de agosto de 2016, nos autos do Processo nº **0005137-62.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0011837-26.2014.5.15.0129 - Rel. João Batista da Silva

Publicado acórdão em 28/10/2015

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0001941-81.2013.5.15.0132 - Rel. Susana Graciela Santiso

Publicado acórdão em 17/11/2017

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0012515-19.2014.5.15.0007 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Publicado acórdão em 09/12/2015

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010035-24.2013.5.15.0033 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 19/11/2014

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0012462-72.2013.5.15.0007 - Rel. Andrea Guelfi Cunha

Publicado acórdão em 05/12/2014

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001522-87.2011.5.15.0049 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Publicado acórdão em 27.2.2015

0011231-64.2013.5.15.0086 - Rel. Fabio Allegretti Cooper

Publicado acórdão em 27/05/2014

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0011396-42.2014.5.15.0130 - Rel. José Antonio Gomes de Oliveira

Publicado acórdão em 20/10/2015

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0001943-51.2013.5.15.0132 - Rel. Hamilton Luiz Scarabelim

Publicado(a) o(a) acórdão em 26/06/2015

0012127-53.2013.5.15.0007 - Rel. Thomas Malm

Publicado acórdão em 15/10/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0010176-58.2014.5.15.0049 - Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa

Publicado acórdão em 24/04/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0010671-11.2014.5.15.0047 - Rel. Fabio Grasselli

Publicado acórdão em 10/06/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0012243-74.2013.5.15.0099 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 21/10/2015

**74 - "HORAS IN ITINERE, ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO POR NEGOCIAÇÃO COLETIVA. INVALIDADE.** É inválida a fixação por norma coletiva de base de cálculo inferior àquela que é utilizada para o cálculo das horas extras." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 015/2016, de 5 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 5/10/2016, págs. 02-03; D.E.J.T. de 6/10/2016, págs. 02-03; no D.E.J.T. de 7/10/2016, págs. 02-03)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 015/2016, de 5 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 29 de agosto de 2016, nos autos do Processo nº **0005521-25.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010911-81.2014.5.15.0117 - Rel. Evandro Eduardo Maglio

Publicado acórdão em 29/04/2015

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010965-47.2014.5.15.0117 - Rel. Susana Graciela Santiso

Publicado acórdão em 29/07/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010199-33.2014.5.15.0104 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Publicado acórdão em 14/04/2015

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010195-54.2014.5.15.0117 - Rel. Manoel Carlos Toledo Filho

Publicado acórdão em 01/12/2015

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010402-34.2013.5.15.0070 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 16/04/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0000887-28.2013.51.0117 - Rel. Edna Pedroso Romanini

Publicado acórdão em 26/06/2015

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010546-37.2014.5.15.0146 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 14/05/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0011132-64.2014.5.15.0117 - Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira Cesar Targa

Publicado acórdão em 11/03/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010579-56.2014.5.15.0104 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 09/04/2015

**75 - "MUNICÍPIO DE GABRIEL MONTEIRO, REGIME JURÍDICO ESTATUTÁRIO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** A Lei Municipal nº 356/1973, Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Gabriel Monteiro, não foi revogada pela Lei Municipal nº 932/1990, porque esta última, a despeito de instituir o regime celetista, previu a manutenção do regime estatutário até o advento de lei complementar regulamentadora da transposição dos servidores ao novo regime adotado. Com a revogação da Lei Municipal nº 932/1990 pela Lei Municipal nº 1201/1998, sem que editasse a lei complementar referida, deve prevalecer o regime estatutário originalmente instituído pela Lei nº 356/1973. Incompetência da Justiça do Trabalho." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 015/2016, de 5 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 5/10/2016, págs. 02-03; D.E.J.T. de 6/10/2016, págs. 02-03; no D.E.J.T. de 7/10/2016, págs. 02-03)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 015/2016, de 5 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 29 de agosto de 2016, nos autos do Processo nº **0005974-54.2015.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0001044-70.2012.5.15.0073 - Rel. Maria Cristina Mattioli

Publicado acórdão em 18/06/2013

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000773-61.2012.5.15.0073 - Rel. Susana Graciela Santiso

Publicado acórdão em 19/02/2013

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000931-19.2012.5.15.0073 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Publicado acórdão em 27/08/2013

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010056-40.2014.5.15.0073 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 14/07/2017

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0001209-54.2011.5.15.0073 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 28/01/2014

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000971-64.2013.5.15.0073 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Publicado acórdão em 12/08/2014

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0001136-14.2013.5.15.0073 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 30/09/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0000771-91.2012.5.15.0073 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Publicado acórdão em 24/09/2013

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0001135-29.2013.5.15.0073 - Rel. Fabio Grasselli

Publicado acórdão em 17/03/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001088-26.2011.5.15.0073 - Rel. Maria Cecília Fernandes Alvares Leite

Publicado acórdão em 25/02/2014



**76 - "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E/OU MATERIAL. EC Nº 45/2004. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 219 E 329, DO TST.** A indenização por dano moral e/ou material decorrente de relação de emprego possui natureza trabalhista, não ensejando assim o recebimento de honorários advocatícios pela mera sucumbência. Entendimento das Súmulas 219 e 329, do C.TST." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 015/2016, de 5 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 5/10/2016, págs. 02-03; D.E.J.T. de 6/10/2016, págs. 02-03; no D.E.J.T. de 7/10/2016, págs. 02-03)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 015/2016, de 5 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 29 de agosto de 2016, nos autos do Processo nº **0005527-32.2016.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010188-84.2013.5.15.0024 - Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri

Publicado acórdão em 13/08/2014

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0012081-87.2014.5.15.0085 - Rel. Wilton Borba Canicoba

Publicado acórdão em 22/12/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010521-80.2013.5.15.0074 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Publicado acórdão em 06/04/2015

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000526-35.2012.5.15.0088 - Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Publicado acórdão em 26/06/2015

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000873-34.2012.5.15.0067 - Rel. Samuel Hugo Lima

Publicado acórdão em 08/05/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0011874-37.2013.5.15.0081 - Rel. Tarcio José Vidotti

Publicado acórdão em 09/10/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000686-48.2011.5.15.0071 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Publicado acórdão em 23/01/2015

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010050-25.2015.5.15.0129 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 10/12/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0010236-51.2014.5.15.010 - Rel. Cristiane Montenegro Rondelli

Publicado acórdão em 13/10/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0010077-10.2014.5.15.0075 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Publicado acórdão em 16/09/2015

**77 - "ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL. LEI Nº 12.740, DE 08/12/2012.** É devido o adicional de periculosidade em favor dos trabalhadores sujeitos a roubos ou outras espécies de violência física, nas atividades de segurança pessoal ou patrimonial, somente a partir de 03/12/2013, data da publicação da Portaria MTPS nº 1.885/2013, que regulamentou o artigo 193, II, da CLT." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2016, de 25 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 27/10/2016, págs. 01-02; D.E.J.T. de 28/10/2016, págs. 02; no D.E.J.T. de 03/11/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2016, de 25 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 29 de agosto de 2016, nos autos do Processo nº **0005305-64.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0002185-83.2013.5.15.0043 - Rel. Susana Graciela Santiso

Publicado acórdão em 08/05/2015

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0011090-68.2014.5.15.0067 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 31/03/2017

0001843-41.2013.5.15.0021 - Rel.. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 19/06/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000495-61.2013.5.15.0029 - Rel. Juiz Hélio Grasselli

Publicado acórdão em 19/06/2015

**78 - "MUNICÍPIO DE QUELUZ. SEXTA-PARTE. BASE DE CÁLCULO.** A base de cálculo da parcela denominada sexta-parte, garantida pelo artigo 34 da Lei Municipal nº 490/2010, é o salário, excluídas as vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias. Inteligência dos artigos 2º, III e IV, e §2º do art. 34 da mesma lei." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2016, de 25 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 27/10/2016, págs. 01-02; D.E.J.T. de 28/10/2016, págs. 02; no D.E.J.T. de 03/11/2016, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2016, de 25 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 29 de agosto de 2016, nos autos do Processo nº **0006998-20.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0001564-95.2013.5.15.0040 - Rel. LUCIA ZIMMERMANN

Publicado acórdão em 06/03/2015

0001554-51.2013.5.15.0040 - Rel. Susana Graciela Santiso

Publicado acórdão em 24/04/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001565-80.2013.5.15.0040 - Rel. TÁRCIO JOSÉ VIDOTTI

Publicado acórdão em 27/02/2015

0001570-05.2013.5.15.0040 - Rel. LUCIANE STOREL

Publicado acórdão em 03/06/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0001557-06.2013.5.15.0040 - Rel. CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI

Publicado acórdão em 20/02/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001555-36.2013.5.15.0040 - Rel. VALDIR RINALDI SILVA

Publicado acórdão em 24/04/2015

**79 - "DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. NÃO REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DAS FÉRIAS, DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, DO AVISO PRÉVIO E DOS DEPÓSITOS DO FGTS.** A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de bis in idem." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 18/2016, de 25 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 27/10/2016, pág. 02; D.E.J.T. de 28/10/2016, págs. 01-02; no D.E.J.T. de 03/11/2016, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 18/2016, de 25 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 26 de setembro de 2016, nos autos do Processo nº **0006265-54.2015.5.15.0000**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0011546-92.2015.5.15.0031 - Rel. Ricardo Antonio de Plato

Publicado acórdão em 24/06/2016

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010583-35.2015.5.15.0112 - Rel. Wilton Borba Canicoba

Publicado acórdão em 13/05/2016

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010773-44.2015.5.15.0129, - Rel. Helcio Dantas Lobo Junior

Publicado acórdão em 24/06/2016

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0011746-91.2015.5.15.0066 - Rel. Dagoberto Nishina De Azevedo

Publicado acórdão em 24/06/2016

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010691-31.2014.5.15.0005 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Publicado acórdão em 17/06/2016

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0011300-40.2013.5.15.0137 - Rel. Luciane Storel Da Silva

Publicado acórdão em 20/04/2016

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0011491-58.2014.5.15.0070 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Publicado acórdão em 05/02/2016

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0012144-25.2014.5.15.0114 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 10/06/2016

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0011121-41.2015.5.15.0136 - Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa

Publicado acórdão em 20/04/2016

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0000815-76.2013.5.15.0073 - Rel. Regiane Cecília Lizi

Publicado acórdão em 23/01/2015

0011716-64.2013.5.15.0086 - Rel. João Alberto Alves Machado

Publicado acórdão em 04/03/2016

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0012186-89.2015.5.15.0130 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 01/07/2016

**80 - "INTERVALO DO ARTIGO 384 DA CLT. RECEPÇÃO PELA CF/1988.** A não concessão à trabalhadora do intervalo previsto no art. 384 da CLT implica pagamento de horas extras correspondentes àquele período, nos moldes do art. 71, § 4º da CLT, uma vez que se trata de medida de higiene, saúde e segurança do trabalho (art. 7º, XXII, da Constituição Federal)." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 18/2016, de 25 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 27/10/2016, pág. 02; D.E.J.T. de 28/10/2016, págs. 01-02; no D.E.J.T. de 03/11/2016, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 18/2016, de 25 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 26 de setembro de 2016, nos autos do Processo nº **0006461-24.2015.5.15.0000**

[Julgados referenciados:](#)

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001787-44.2013.5.15.0009 - Rel. Luiz Felipe Bruno Lobo

Publicado acórdão em 27/06/2014

00201-94.2012.5.15.0012 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 16/05/2014

0010399-86.2014.5.15.0024 - Rel. João Batista Martins César

Publicado acórdão em 17/9/2015

## **81 – CANCELADA**

**82 - "CONTRATO DE SAFRA. INDENIZAÇÃO DO ARTIGO 14 DA LEI Nº 5.889/73. COMPATIBILIDADE COM O REGIME DE FGTS.** A indenização prevista no artigo 14 da Lei 5.889/73 para o empregado rural contratado por safra é compatível com o regime do FGTS." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 18/2016, de 25 de outubro de 2016 - Divulgada no D.E.J.T. de 27/10/2016, pág. 02; D.E.J.T. de 28/10/2016, págs. 01-02; no D.E.J.T. de 03/11/2016, pág. 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 18/2016, de 25 de outubro de 2016

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 26 de setembro de 2016, nos autos do Processo nº **0005523-92.2016.515.0000**

**Entendimento reafirmado - Tese Jurídica nº 39 de IRDR**

**"A indenização por tempo de serviço, estatuída no artigo 14 da Lei nº 5.889/73 em benefício do trabalhador rural safrista, foi plenamente recepcionada pela ordem constitucional de 1988, revelando-se compatível e cumulativa com o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), porquanto os institutos possuem naturezas jurídicas e finalidades distintas, não se configurando *bis in idem* ou revogação tácita do dispositivo legal pela universalização do direito ao FGTS (art. 7º, III, da CF/88)."** (IRDR 0017278-98.2025.5.15.0000 - Seção de Uniformização de Jurisprudência – Acórdão publicado em 30/07/2025 – Relator Desembargador Wilton Borba Canicoba)

[Julgados originários do IRDR:](#)

### **1ª Turma - 1ª Câmara**

0010540-60.2022.5.15.0110 - Rel. Fábio Bueno de Aguiar

Acórdão disponível a partir de 16/03/2023

0010115-27.2019.5.15.0146 - Rel. Ricardo Antônio de Plato

Acórdão disponível a partir de 20/10/2022

### **1ª Turma - 2ª Câmara**

0010949-59.2021.5.15.0146 - Rel. Mari Angela Pelegrini

Acórdão disponível a partir de 09/03/2023

0010287-34.2022.5.15.0058 - Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim

Acórdão disponível a partir de 13/12/ 2023

### **2ª Turma - 3ª Câmara**

0010678-23.2021.5.15.0058 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Acórdão disponível a partir de 19/04/2023

0011065-04.2022.5.15.0058 - Rel. Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti

Acórdão disponível a partir de 19/08/2024



### **2ª Turma - 4ª Câmara**

0010672-05.2023.5.15.0136 - Rel. Dagoberto Nishina Azevedo

Acórdão disponível a partir de 08/03/2024

0010276-37.2019.5.15.0146 - Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias

Acórdão disponível a partir de 28/10/2022

### **3ª Turma - 5ª Câmara**

0010239-10.2019.5.15.0146 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Acórdão disponível a partir de 15/05/2023

0010995-78.2021.5.15.0136 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Acórdão disponível a partir de 09/09/2022

### **3ª Turma - 6ª Câmara**

0011723-84.2023.5.15.0125 - Rel. Rita de Cássia Scagliusi do Carmo

Acórdão disponível a partir de 14/03/2025

0011908-88.2019.5.15.0117 - Rel. Maria da Graça Bonança Barbosa

Acórdão disponível a partir de 20/02/2024

### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0011621-38.2019.5.15.0146 - Rel. André Augusto Ulpiano Rizzardo

Acórdão disponível a partir de 02/08/2022

0010047-50.2018.5.15.0134 - Rel. Roberto Nóbrega de Almeida Filho

Acórdão disponível a partir de 01/09/2022

### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0010805-51.2022.5.15.0146 - Rel. Orlando Amâncio Taveira

Acórdão disponível a partir de 15/08/2023

0010336-20.2021.5.15.0120 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Acórdão disponível a partir de 18/10/2022

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0011010-17.2021.5.15.0146 - Rel. Marcelo Garcia Nunes

Acórdão disponível a partir de 10/12/2024

0010177-67.2019.5.15.0146 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Acórdão disponível a partir de 04/02/2021

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0010605-10.2023.5.15.0146 - Rel. Ricardo Regis Laraia

Acórdão disponível a partir de 13/12/2024

0011402-78.2020.5.15.0117 - Rel. Ricardo Regis Laraia

Acórdão disponível a partir de 10/01/2022

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010928-73.2021.5.15.0117 - Rel. Luís Henrique Rafael

Acórdão disponível a partir de 17/12/2021

0010033-15.2021.5.15.0117 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Acórdão disponível a partir de 23/09/2021

[Julgados referenciados da Súmula:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0000313-82.2013.5.15.0156 - Rel. MARIA CRISTINA MATTIOLI

Publicado acórdão em 31/10/2014

**83 - "INTERVALO INTRAJORNADA. NATUREZA SALARIAL.** Possui natureza salarial a parcela prevista no art. 71, § 4º, da CLT, quando suprimido total ou parcialmente o intervalo mínimo intrajornada, repercutindo nas demais verbas trabalhistas." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 26/01/2017, págs. 04-05; D.E.J.T. de 27/01/2017, págs. 01-02; no D.E.J.T. de 30/01/2017, págs. 04-05)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 17 de novembro de 2016, nos autos do Processo nº **0006039-15.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010932-72.2014.5.15.0015 - Rel. Susana Graciela Santiso

Publicado acórdão em 08/08/2016

**2ª Turma - 3ª Câmara**

Processo nº 0010452-75.2015.5.15.0010 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Publicado acórdão em 13/07/2016

0000813-22.2014.5.15.0122- Rel. Helcio Dantas Lobo Junior

Publicado acórdão em 08/07/2015

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010811-28.2014.5.15.0085 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 03/02/2016,

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0011130-06.2014.5.15.0114 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 29/04/2016

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0011565-67.2014.5.15.0085 - Rel. Luciane Storel da Silva

Publicado acórdão em 28/08/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0010024-96.2015.5.15.0009 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Publicado acórdão em 22/06/2016

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010220-64.2014.5.15.0118 -Rel. Claudinei Zapata Marques

Publicado acórdão em 10/06/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0012480-59.2014.5.15.0007 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Publicado acórdão em 17/02/2016

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0011230-92.2015.5.15.0059 - Rel. João Alberto Alves Machado

Publicado acórdão em 18/05/2016

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010437-19.2015.5.15.0039 Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 17/12/2015

**84 - "ANOTAÇÃO NA CTPS COM MENÇÃO À AÇÃO JUDICIAL. DANO MORAL.** A anotação na CTPS do empregado com menção à ação judicial configura ato abusivo, contrário ao artigo 29, caput e seus §§ 1º a 4º, da CLT e ofensiva à intimidade, honra e imagem do trabalhador, nos termos do artigo 5º, inciso X, da CF. Devida a indenização por dano moral prevista no artigo 927 do Código Civil." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 26/01/2017, págs. 04-05; D.E.J.T. de 27/01/2017, págs. 01-02; no D.E.J.T. de 30/01/2017, págs. 04-05)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 17 de novembro de 2016, nos autos do Processo nº **0006216-13.2015.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0000934-97.2013.5.15.0053 - Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa  
Publicado acórdão em 04/04/2014.

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000616-89.2011.5.15.0084 - Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho  
Publicado acórdão em 05/07/2013

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000255-88.2011.5.15.0014 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla  
Publicado acórdão em 19/04/2013

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000489-71.2013.5.15.0088 - Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim  
Publicado acórdão em 22/08/2014

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000030-07.2014.5.15.0162 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos  
Publicado acórdão em 06/02/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0177100-70.2009.5.15.0102 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani  
Publicado acórdão em 28/09/2012

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000488-72.2011.5.15.0083 - Rel. Fabio Grasselli  
Publicado acórdão em 01/06/2012

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0000742-78.2013.5.15.0017 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi  
Publicado acórdão em 15/08/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0001243-05.2011.5.15.0081 -Rel. Marcelo Carlos Ferreira

Publicado acórdão em 01/03/2013

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0000228-22.2012.5.15.0095 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 24/01/2014.

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000277-06.2012.5.15.0017- Rel. Flavio Nunes Campos

Publicado acórdão em 24/01/2014

**85 - "SALÁRIO PROFISSIONAL. FIXAÇÃO EM MÚLTIPLOS DE SALÁRIO MÍNIMO. ART. 7º, IV, DA CF/88. SÚMULA VINCULANTE Nº 4, STF.** A estipulação do salário profissional em múltiplos do salário mínimo, na contratação, não afronta o art. 7º, inciso IV, da CF/88, vedada apenas sua indexação, conforme Súmula Vinculante nº 4, do STF." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 26/01/2017, págs. 04-05; D.E.J.T. de 27/01/2017, págs. 01-02; no D.E.J.T. de 30/01/2017, págs. 04-05)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 17 de novembro de 2016, nos autos do Processo nº **0005652-97.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000920-73.2013.5.15.0034 - Rel. RONALDO OLIVEIRA SIANDELA

Publicado acórdão em 10/04/2015

**86 - "SEXTA PARTE. BASE DE CÁLCULO. ARTIGO 129 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.** A parcela denominada sexta parte deve ser calculada com base nos vencimentos integrais, com exceção das gratificações e vantagens cujas normas instituidoras expressamente excluam sua integração na base de cálculo de outras parcelas." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 26/01/2017, págs. 04-05; D.E.J.T. de 27/01/2017, págs. 01-02; no D.E.J.T. de 30/01/2017, págs. 04-05)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 17 de novembro de 2016, nos autos do Processo nº **0005712-70.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0011299-93.2014.5.15.0113 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Publicado acórdão em 01/10/2015

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010836-81.2015.5.15.0028 - Rel. Eleonora Bordini Coca

Publicado acórdão em 02/12/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0010494-71.2014.5.15.0136 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado acórdão em 21/05/2015

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010226-08.2014.5.15.0042 - Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper

Publicado acórdão em 15/10/2015



**87 - "PRESCRIÇÃO. INCLUSÃO DAS PARCELAS CARGO COMISSIONADO E CTVA NA BASE DE CÁLCULO DAS VANTAGENS PESSOAIS.** É parcial a prescrição aplicável à pretensão de diferenças salariais em decorrência da incorporação dos valores da gratificação do cargo comissionado e do CTVA na base de cálculo das vantagens pessoais por se tratar de descumprimento de norma interna, cuja lesão se renova mês e mês." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 26/01/2017, págs. 04-05; D.E.J.T. de 27/01/2017, págs. 01-02; no D.E.J.T. de 30/01/2017, págs. 04-05)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 17 de novembro de 2016, nos autos do Processo nº **0005135-92.2016.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0011232-02.2013.5.15.0134 - Rel. João Batista da Silva

Publicado acórdão em 14/12/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010014-84.2014.5.15.0042 - Rel. José Carlos Ábile

Publicado acórdão em 28/06/2019

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001252-96.2011.5.15.0038 - Rel. Fabio Allegretti Cooper

Publicado acórdão em 28/11/2014

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010045-53.2013.5.15.0038 - Rel. Daniela Macia Ferraz Giannini

Publicado acórdão em 13/02/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0001350-69.2011.5.15.0042 - Rel. Regiane Cecília Lizi

Publicado acórdão em 06/03/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000077-87.2013.5.15.0041 - Rel. Hélio Grasselli

Publicado acórdão em 31/07/2015

**88 - "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TRABALHADOR RURAL. TRABALHO A CÉU ABERTO. EXPOSIÇÃO A CALOR.** Comprovada a exposição do trabalhador rural ao calor excessivo, nas condições previstas no Anexo 3 da NR-15 da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, é devido o pagamento do adicional de insalubridade." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 26/01/2017, págs. 04-05; D.E.J.T. de 27/01/2017, págs. 01-02; no D.E.J.T. de 30/01/2017, págs. 04-05)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2017, de 24 de janeiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 17 de novembro de 2016, nos autos dos Processos nºs **0005420-85-2016-5-15-0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010549.21.2014.5.16.0104 - Rel. João Batista da Silva

Publicado acórdão em 07/04/2015

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010557-32.2014.5.15.0028 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 11/02/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010013-20.2014.5.15.0036 - Rel. José Carlos Ábile

Publicado acórdão em 02/09/2015

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010554-48.2014.5.15.0070 - Rel. Eleonora Bordini Coca

Publicado acórdão em 25/09/2014

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0011862-22.2014.5.15.0070 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 07/10/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0011588-15.2013.5.15.0031 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Publicado acórdão em 11/05/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0013037-07.2014.5.15.0117 - Rel. Carlos Alberto Bosco

Publicado acórdão em 16/06/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0011133-94.2013.5.15.0081 - Rel. José Pitas

Publicado acórdão em 04/11/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0011567-48.2015.5.15.0070 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Publicado acórdão em 03/12/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010743-21.2014.5.15.0104 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 29/04/2015

**89 - "EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. PCCS/1995. PCCS/2008. SÚMULA 51, II, TST. POSSIBILIDADE DE ADESÃO TÁCITA.** Aplica-se automaticamente o PCCS/2008 a partir de 1º/7/2008, salvo manifestação expressa e tempestiva do empregado em permanecer regido pelo PCCS/1995." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 20/02/2017, págs. 03-04; D.E.J.T. de 21/02/2017, págs. 03-04; no D.E.J.T. de 22/02/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 17 de novembro de 2016, nos autos do Processo nº **0005140-17.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0000803-08.2013.5.15.0091 - Rel. Fabio Allegretti Cooper

Publicado acórdão em 13/03/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000779-83.2013.5.15.0089 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado Acórdão em 04/03/2016

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0000755-55.2013.5.15.0089 - Rel. Ricardo Antonio de Plato

Publicado acórdão em 23/01/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000860-26.2013.5.15.0091 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 23/01/2015

**90 - "HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PETIÇÃO E/OU PROCURAÇÃO COM TIMBRE DO SINDICATO. COMPROVAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SINDICAL. LEI 5.584/70.** A Lei nº 5.584/70 não estabelece uma forma específica para a comprovação da assistência sindical, razão pela qual, em atenção ao princípio da boa-fé, a apresentação de petição e/ou de procuração contendo o timbre do órgão sindical é suficiente para presumir a representação." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 20/02/2017, págs. 03-04; D.E.J.T. de 21/02/2017, págs. 03-04; no D.E.J.T. de 22/02/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 5 de dezembro de 2016, nos autos do Processo nº **0005653-82.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010983-94.2013.5.15.0152 - Rel. Rosemeire Uehara Tanaka

Publicado acórdão em 28/10/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010723-76.2014.5.15.0024 ED - Rel. José Carlos Ábile

Publicado acórdão em 02/09/2015

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010962-07.2014.5.15.0113 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 02/12/2015

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010833-46.2013.5.15.0142 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Publicado acórdão em 06/11/2014

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0012864-71.2013.5.15.0099 - Rel. José Antonio Gomes de Oliveira

Publicado acórdão em 28/08/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0010829-09.2013.5.15.0142 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado acórdão em 17/06/2015

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0011215-89.2014.5.15.0114 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 10/06/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0010372-09.2013.5.15.0099 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Publicado acórdão em 06/05/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0011477-72.2014.5.15.0006 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Publicado acórdão em 03/12/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010570-35.2014.5.15.0059 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 17/12/2015

**91 - "INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO. PAGAMENTO DO PERÍODO INTEGRAL.**

A supressão do intervalo intrajornada, ainda que parcial, acarreta a condenação ao pagamento do período integral, com adicional de, no mínimo, 50%." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 20/02/2017, págs. 03-04; D.E.J.T. de 21/02/2017, págs. 03-04; no D.E.J.T. de 22/02/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 5 de dezembro de 2016, nos autos do Processo nº **0006040-97.2016.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010968-11.2014.5.15.0114 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 03/08/2016

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0012118-05.2015.5.15.0013 - Rel. Helcio Dantas Lobo Junior

Publicado acórdão em 13/09/2016

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0001223-19.2013.5.15.0089 - Rel. Luciane Storel da Silva

Publicado acórdão em 23/10/2015

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010497-34.2014.5.15.0004 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado acórdão em 21/09/2016

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0001278-68.2012.5.15.0100 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 10/04/2015

**92 - "PRESCRIÇÃO ARGUIDA EM CONTRARRAZÕES. EFEITO DEVOLUTIVO EM PROFUNDIDADE DO RECURSO ORDINÁRIO.** Em caso de improcedência do pedido, a prescrição alegada em contestação, ainda que não renovada em contrarrazões, deve ser examinada pelo Tribunal, por força do efeito devolutivo em profundidade, nos termos do art. 1.013 do CPC/2015, desde que não tenha sido expressamente rejeitada pela sentença." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 20/02/2017, págs. 03-04; D.E.J.T. de 21/02/2017, págs. 03-04; no D.E.J.T. de 22/02/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 5 de dezembro de 2016, nos autos do Processo nº **0005146-24.2016.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010456-68.2013.5.15.0112 - Rel. João Batista da Silva

Publicado acórdão em 14/10/2015

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010915-69.2014.5.15.0004 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 19/11/2015

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0012045-37.2013.5.15.0999 - Rel. Manoel Carlos Toledo Filho

Publicado acórdão em 24/09/2014

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010792-79.2013.5.15.0142 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 02/02/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0010597-12.2013.5.15.0137 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Publicado acórdão em 22/05/2014

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0010300-27.2014.5.15.0086 - Rel. Carlos Alberto Bosco

Publicado acórdão em 21/05/2014

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0001221-12.2012.5.15.0145 - Rel. João Alberto Alves Machado

Publicado acórdão em 3/08/2013

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010131-05.2014.5.15.0033 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 05/08/2015



**93 - "PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA. MAGISTÉRIO PÚBLICO. CARGA HORÁRIA. PROPORCIONALIDADE ENTRE O TEMPO EM SALA DE AULA E A ATIVIDADE EXTRACLASSE. ART. 2º, § 4º, DA LEI 11738/2008.** A Lei nº 11.738/2008 dispõe, em seu art. 2º, § 4º, sobre a proporcionalidade da distribuição da carga horária dos profissionais do magistério público da educação básica, de modo a abranger as atividades de interação com os educandos e as atividades extraclasse. Há, na referida lei, a presunção legal (absoluta) de que 1/3 da jornada contratada se destinará às horas de atividade, de sorte que o desrespeito ao limite de 2/3 da jornada, estabelecido para as atividades de interação com os alunos, provoca o natural excesso à carga de trabalho integral do empregado e, assim, gera-lhe o direito às horas extras respectivas, acrescidas do adicional. Entendimento aplicável para o trabalho prestado após 27/04/2011, nos termos da decisão proferida pelo E. STF na ADI/4167." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 20/02/2017, págs. 03-04; D.E.J.T. de 21/02/2017, págs. 03-04; no D.E.J.T. de 22/02/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 5 de dezembro de 2016, nos autos do Processo nº. **0005753-71.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0001638-89.2012.5.15.0136 - Rel. Susana Graciela Santiso

Publicado acórdão em 27/05/2014

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000033-61.2013.5.15.0011 - Rel. Adriene Sidnei de Moura David Diamantino

Publicado acórdão em 02/09/2014

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0000262-09.2013.5.15.0015 - Rel. Marina de Siqueira Ferreira Zerbinatti

Publicado acórdão em 10/12/2014

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0001262-44.2013.5.15.0015 - Rel. Carlos Alberto Bosco

Publicado acórdão em 20/05/2014

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001218-25.2013.5.15.0015 - Rel. Luiz Felipe Bruno Lobo

Publicado acórdão em 22/07/2014

**94 - "INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. INSTITUIÇÃO POR PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. IMPOSSIBILIDADE.** O incentivo financeiro adicional, criado por Portaria do Ministério da Saúde, não deve ser reconhecido como vantagem pecuniária a ser paga aos agentes comunitários de saúde, o que só poderá ocorrer nos termos dos artigos 37, X, 61, II, "a" e 169, da Constituição Federal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 20/02/2017, págs. 03-04; D.E.J.T. de 21/02/2017, págs. 03-04; no D.E.J.T. de 22/02/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 5 de dezembro de 2016, nos autos do Processo nº **0005336-84-2016-5-15-0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010726-58.2015.5.15.0133 - Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri

Publicado acórdão em 11/08/2016

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000341-57.2014.5.15.0013 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 10/04/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0001795-11.2012.5.15.0056 - Rel. Luciane Storel da Silva

Publicado acórdão em 08/04/2016

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010343-88.2015.5.15.0098 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado acórdão em 29/01/2016

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0001052-91.2012.5.15.0123 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Publicado acórdão em 20/04/2016

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0010782-67.2015.5.15.0044 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Publicado acórdão em 14/06/2016

**95 - "EMPREGADO COM DEFICIÊNCIA. DISPENSA CONDICIONADA À CONTRATAÇÃO DE SUBSTITUTO EM CONDIÇÃO SEMELHANTE. ART. 93, §1º DA LEI 8.213/1991.** A dispensa de empregado com deficiência condiciona se à contratação de trabalhador em situação semelhante, exceto quando exista na empresa quantitativo de empregados em percentual superior ao mínimo legal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 20/02/2017, págs. 03-04; D.E.J.T. de 21/02/2017, págs. 03-04; no D.E.J.T. de 22/02/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 06/2017, de 10 de fevereiro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 5 de dezembro de 2016, nos autos do Processo nº. **0005709-18.2016-5-15-0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0000037-46.2012.5.15.0072 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 11/07/2014

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0109200-12.2009.5.15.0089 - Rel. Roberto Nóbrega de Almeida Filho

Publicado acórdão em 05/04/2013

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0011661-75.2014.5.15.0055 - Rel. Flávio Landi

Publicado acórdão em 08/04/2016

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0011664-15.2013.5.15.0039 - Rel. Hélio Grasselli

Publicado acórdão em 25/11/2014

**96 – “MUNICÍPIO DE ARARAQUARA. DEMISSÃO POR INASSIDUIDADE HABITUAL. ARTIGOS 15, III, E 21, I, 'b', DA LEI MUNICIPAL Nº 6.667/2007. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VIOLAÇÃO À COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO.** São inconstitucionais os arts. 15, III, e o 21, I, 'b', bem como a expressão "inassiduidade habitual" constante do caput do art. 21, todos da Lei no 6.667/2007, do Município de Araraquara, por violação ao disposto no artigo 22, I, da Constituição Federal.” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 08/2017, de 09 de março de 2017 - Divulgada no D.E.J.T de 13/3/2017, págs. 01 e 02, D.E.J.T de 14/3/2017, págs. 01 e 02 e D.E.J.T de 15/3/2017, págs. 01 e 02.)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 08/2017, de 09 de março de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 17 de novembro de 2016, nos autos do Processo nº **0006171-72.2016.5.15.0000 ArgInc**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0000557-14.2014.5.15.0079 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 14/06/2017

## **97 – CANCELADA**

**98 - "EMBARGOS DE TERCEIRO. PRAZO PARA AJUIZAMENTO. ART. 675 DO CPC.** Excetuada a hipótese do § 4º do art. 792 do CPC, os embargos de terceiro podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento enquanto não transitada em julgado a sentença e, na fase de execução, em até 5 (cinco) dias contados da adjudicação, da alienação por iniciativa particular ou da arrematação, mas sempre antes da assinatura da carta respectiva ou, ainda, da ordem judicial de entrega, na hipótese de alienação de bem móvel por iniciativa particular (art. 880, § 2º, II, do CPC)" (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2017, de 05 de abril de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 6/4/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 7/4/2017, págs. 09-10; D.E.J.T. de 10/4/2017, págs. 01-02; Republicada por erro material. Publicado Acórdão em 11/05/2017, pág. 02; Publicado Acórdão em 12/05/2017, págs 01-02; Publicado Acórdão em 15/05/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2017, de 05 de abril de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 23 de fevereiro de 2017, nos autos do Processo nº **0006700-91.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010627-26.2015.5.15.0089 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Publicado acórdão em 26/02/2016

**99 – “ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ABASTECIMENTO DO PRÓPRIO VEÍCULO DE TRABALHO.** É devido o adicional de periculosidade ao empregado que abastece o próprio veículo de trabalho de maneira não eventual, porque em tal tarefa está sujeito a condições de risco.” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2017, de 05 de abril de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 6/4/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 7/4/2017, págs. 09- 10; D.E.J.T. de 10/4/2017, págs. 01-02; Republicada por erro material. Publicado Acórdão em 11/05/2017, pág. 02; Publicado Acórdão em 12/05/2017, págs 01-02; Publicado Acórdão em 15/05/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2017, de 05 de abril de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 23 de fevereiro de 2017, nos autos do Processo nº **0005524-77.2016.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0000460-23.2013.5.15.0055 - Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri

Publicado acórdão em 24/04/2015

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0001021-10.2012.5.15.0111 - Rel. Elaine de Carvalho Costa Ribeiro

Publicado acórdão em 23/05/2014

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000046-44.2011.5.15.0136 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Publicado acórdão em 07/11/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0000600-54.2010.5.15.0111 - Rel. Marcelo Carlos Ferreira

Publicado acórdão em 04/04/2014

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001393-49.2012.5.15.0081 - Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo

Publicado acórdão em 03/06/2015

**100 – “INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. RELAÇÃO JURÍDICO - ADMINISTRATIVA. CARGO EM COMISSÃO.** Não se insere na competência da Justiça do Trabalho o julgamento de causas instauradas entre o Poder Público e o servidor que a ele esteja vinculado por relação jurídico administrativa, ainda que a causa de pedir indique relação de emprego decorrente do exercício de cargo em comissão e os pedidos se refiram a direitos de natureza trabalhista.” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2017, de 05 de abril de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 6/4/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 7/4/2017, págs. 09-10; D.E.J.T. de 10/4/2017, págs. 01-02; Republicada por erro material. Publicado Acórdão em 11/05/2017, pág. 02; Publicado Acórdão em 12/05/2017, págs 01-02; Publicado Acórdão em 15/05/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2017, de 05 de abril de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 23 de fevereiro de 2017, nos autos do Processo nº **0006277-68.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0000197-97.2013.5.15.0149 - Rel. Fabio Allegretti Cooper

Publicado acórdão em 27/06/2014

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0000095-32.2013.5.15.0034 - Rel. João Alberto Alves Machado

Publicado acórdão em 14/03/2014

**101 – “SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. BANCO DO BRASIL. ASSISTENTE DE NEGÓCIOS. ENQUADRAMENTO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA BANCÁRIA. ART. 224, § 2º, DA CLT. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE ATIVA.** O sindicato profissional possui legitimidade ativa para pleitear, na qualidade de substituto processual, o recebimento das horas extraordinárias devidas aos substituídos, decorrentes da descaracterização do exercício de cargo de confiança, previsto no art. 224, §2º, da CLT, por se tratar de direitos individuais homogêneos.” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2017, de 05 de abril de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 6/4/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 7/4/2017, págs. 09-10; D.E.J.T. de 10/4/2017, págs. 01-02; Republicada por erro material. Publicado Acórdão em 11/05/2017, pág. 02; Publicado Acórdão em 12/05/2017, págs 01-02; Publicado Acórdão em 15/05/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 11/2017, de 05 de abril de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 23 de fevereiro de 2017, nos autos do Processo nº **0006929-51.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000836-75.2011.5.15.0088 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 15/02/2013

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000558-92.2013.5.15.0027 - Rel. Samuel Hugo Lima

Publicado acórdão em 17/04/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0000327-64.2011.5.15.0147 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Publicado acórdão em 09/03/2012

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0001492-72.2012.5.15.0031 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Publicado acórdão em 27/02/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0002726-06.2013.5.15.0015 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Publicado acórdão em 20/10/2017

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0002186-90.2011.5.15.0026 - Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo

Publicado acórdão em 24/01/2014



**102 - "EMPREGADOS DE EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA. DISPENSA. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO.** Em face dos princípios constitucionais da legalidade, isonomia, moralidade e impessoalidade, a dispensa de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista deve ser motivada. A falta de exposição dos motivos para a ruptura do pacto laboral acarreta a sua nulidade." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2017, de 08 de maio de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 9/5/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. De 10/05/2017, págs. 01-02 D.E.J.T. de 11/05/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2017, de 08 de maio de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 26 de setembro de 2016, nos autos do Processo nº **0007100-42.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

Processo nº 0010216-15.2014.5.15.0025 - Rel. Eleonora Bordini Coca

Publicado acórdão em 2/12/2015.

**4ª Turma - 8ª Câmara**

Processo nº 0010481-46.2014.5.15.0080 - Rel. José Antônio Gomes de Oliveira

Publicado acórdão em 27/1/2016

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0010868-20.2014.5.15.0126 - Rel. Fernando da Silva Borges

Publicado acórdão em 22/05/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001657-33.2013.5.15.0113 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 31/7/2015

**103 - "DUMPING SOCIAL. AUSÊNCIA DE PEDIDO. AÇÃO INDIVIDUAL. JULGAMENTO EXTRA PETITA.** A condenação, ex officio, ao pagamento de indenização por dumping social caracteriza julgamento extra petita, por violação aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, da CF/88 e arts. 141 e 492 do NCPC)." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2017, de 08 de maio de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 9/5/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. De 10/05/2017, págs. 01-02 D.E.J.T. de 11/05/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 17/2017, de 08 de maio de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 30 de março de 2017, nos autos do Processo nº **0005658-07.2016.5.15.0000 IUJ.**

[Julgados referenciados:](#)

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0002566-29.2013.5.15.0096 - Rel. Flavio Nunes Campos

Publicado acórdão em 22/05/2015

**104 - “MULTA PREVISTA NO ART. 475-J DO CPC DE 1973 E NO ART. 523, § 1º, DO CPC DE 2015. INAPLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO.** É incompatível com o processo do trabalho a multa prevista no art. 475-J do CPC de 1973 e no art. 523, § 1º, do CPC de 2015, porque a execução se processa nos termos dos artigos 876 e seguintes da CLT." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2017, de 26 de maio de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 30/5/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. De 31/05/2017, págs. 01-02 D.E.J.T. de 01/06/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2017, de 26 de maio de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 20 de abril de 2017, nos autos do Processo nº **0006244-78.2015.5.15.0000 IUJ.**

[Julgados referenciados:](#)

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0000198-22.2012.5.15.0051 - Rel. Cristiane Montenegro Rondelli

Publicado acórdão em 25/07/2014

0073000-12.2009.5.15.0087 - Rel. Valdevir Roberto Zanardi

Publicado acórdão em 10/09/2010

0051000-63.2009.5.15.0072 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 13/05/2011

**105 - "ADICIONAL NOTURNO. JORNADA MISTA. TRABALHO EM PRORROGAÇÃO À JORNADA NOTURNA.** É devido o adicional noturno sobre as horas laboradas em prorrogação do horário noturno, ainda que a prestação de serviços tenha se iniciado depois dos horários fixados para a jornada noturna da atividade do trabalhador, mas cuja duração compreenda mais da metade do horário legalmente noturno." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2017, de 26 de maio de 2017 - Divulgada no D.E.J.T.de 30/5/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. De 31/05/2017, págs. 01-02 D.E.J.T. de 01/06/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2017, de 26 de maio de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 20 de abril de 2017, nos autos do Processo nº **0006698-24.2016.5.15.0000 IUJ.**

[Julgados referenciados:](#)

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010151-92.2015.5.15.0119 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 15/04/2016

**106 - "MULTA DO ARTIGO 477, § 8º DA CLT. PAGAMENTO PARCIAL OU INCORRETO DE VERBAS RESCISÓRIAS. INDEVIDA.** A multa prevista no § 8º do art. 477 da CLT é sanção imposta ao empregador que não paga as parcelas rescisórias constantes do instrumento de rescisão no prazo a que alude o § 6º do mesmo dispositivo legal. Não há previsão de sua incidência para a hipótese de pagamento incorreto ou insuficiente." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 21/2017, de 18 de agosto de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 22/08/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 23/08/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 24/08/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 21/2017, de 18 de agosto de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 06 de julho de 2017, nos autos do Processos nº **0006263-84.2015.5.15.0000 IUJ.**

[Julgados referenciados:](#)

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000190-86.2013.5.15.0026 - Rel. João Batista Martins César

Publicado acórdão em 19/11/2014

**107 - "DIFERENÇAS SALARIAIS. CONVERSÃO DOS SALÁRIOS PARA URV. LEI 8.880/94. PRESCRIÇÃO PARCIAL.** O pedido de diferenças salariais fundado no descumprimento da Lei nº 8.880/94 sujeita-se à prescrição parcial. Interpretação da parte final da Súmula nº 294 do TST." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 21/2017, de 18 de agosto de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 22/08/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 23/08/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 24/08/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 21/2017, de 18 de agosto de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 06 de julho de 2017, nos autos do Processo nº **0006844-02.2015.5.15.0000 IUJ.**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0001234-86.2013.5.15.0141 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Publicado acórdão em 28/11/2014

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0011550-52.2015.5.15.0089 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 08/07/2016

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010522-09.2014.5.15.0049 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Publicado acórdão em 04/05/2016

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010950-39.2013.5.15.0012 - Rel. Manoel Carlos Toledo Filho

Publicado acórdão em 03/03/2015

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0011010-61.2014.5.15.0049 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Publicado acórdão em 01/07/2016

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0010325-48.2014.5.15.0051 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Publicado acórdão em 13/02/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0010092-23.2015.5.15.0049 - Rel. Carlos Alberto Bosco

Publicado acórdão em 06/07/2016

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0002131-28.2013.5.15.0008 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 23/01/2015

**5ª Turma - 9ª Câmara**

010734-28.2014.5.15.0082 - Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa

Publicado acórdão em 24/04/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

010990-56.2015.5.15.0107 - Rel. Fabio Grasselli

Publicado acórdão em 28/07/2016

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010991-41.2015.5.15.0107 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 05/08/2015

**108 - "MUNICÍPIO DE AVANHANDAVA. LEI Nº 16/2012. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. TRANSFORMAÇÃO DOS EMPREGOS DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL EM EMPREGOS DE EDUCADOR. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. É** inconstitucional a Lei Complementar nº 16/2012 do Município de Avanhandava, que determina o aproveitamento, sem concurso público, de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil como Educador de Desenvolvimento Infantil, cargo que se situa em carreira diversa e exige maior grau de qualificação educacional, por violação do artigo 37, inciso II, da CF/88." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 21/2017, de 18 de agosto de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. de 22/08/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 23/08/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 24/08/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 21/2017, de 18 de agosto de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 06 de julho de 2017, nos autos do Processo nº **0007849-25.2016.5.15.0000 ArgInc.**

[Julgados referenciados:](#)

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0011299-26.2015.5.15.0124 - Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira Cesar Targa

Publicado acórdão em 30/09/2016



**109 - "MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE. REVISÃO ANUAL DE SALÁRIOS. ARTIGO 83 DA LEI ORGÂNICA. REAJUSTE DO CARTÃO ALIMENTAÇÃO.** O reajuste do cartão alimentação não supre a exigência constitucional da revisão geral e anual inserta no artigo 37, X, da CF/88, que reclama lei específica de iniciativa privativa do Poder Executivo." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2017, de 25 de setembro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 27/09/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 28/09/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 29/09/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2017, de 25 de setembro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 06 de julho de 2017, nos autos dos Processo nº **0006284-60.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000446-77.2012.5.15.0086 - Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Publicado acórdão em 30/04/2013

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010068-49.2013.5.15.0086 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Publicado acórdão em 14/11/2013

**2ª Turma - 4ª Câmara**

Processo 0010707-33.2014.5.15.0086 - Rel. Manoel Carlos Toledo Filho

Publicado acórdão em 02/03/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0010803-48.2014.5.15.0086 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Publicado acórdão em 27/02/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0011292-22.2013.5.15.0086 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Publicado acórdão em 02/12/2014

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0011286-15.2013.5.15.0086 - Rel. Dora Rossi Goes Sanches

Publicado acórdão em 25/02/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0001229-06.2011.5.15.0086- Rel. Susana Monreal Ramos Nogueira

Publicado acórdão em 26/03/2013

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001236-95.2011.5.15.0086 - Rel. Dora Rossi Góes Sanches

Publicado acórdão em 23/10/2012

**110 - "MUNICÍPIO DE PRADÓPOLIS. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA. LEI MUNICIPAL Nº 1.090/2002. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.** Não há incorporação do auxílio-alimentação ao salário do empregado, quando expressamente afastada por lei municipal a natureza salarial da parcela, em atenção ao artigo 37, caput, da CF/88." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2017, de 25 de setembro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 27/09/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 28/09/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 29/09/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2017, de 25 de setembro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 06 de julho de 2017, nos autos dos Processo nº **0007962-76.2016.5.15.0000 IUJ.**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000958-03.2013.5.15.0029 - Rel. Manoel Carlos Toledo Filho

Publicado acórdão em 06/03/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001378-08.2013.5.15.0029 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 12/02/2016

**111 - "VOLKSWAGEN. ADESÃO AO PROGRAMA DE DEMISSÃO INCENTIVADA/VOLUNTÁRIA (PDI/PDV). EFEITOS. TRANSAÇÃO. ABRANGÊNCIA DA QUITAÇÃO.** Consideram-se quitadas as parcelas e valores constantes do recibo de transação extrajudicial, que implica término do contrato de trabalho, em razão de adesão voluntária do empregado a plano de dispensa incentivada/voluntária. Somente haverá quitação ampla e irrestrita de todas as parcelas decorrentes do contrato de trabalho, quando existir cláusula expressa em acordo ou convenção coletiva e nos demais instrumentos de adesão assinados pelo empregado." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2017, de 25 de setembro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 27/09/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 28/09/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 29/09/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2017, de 25 de setembro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 14 de agosto de 2017, nos autos do Processo nº **0007705-51.2016.5.15.0000 IUJ.**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0001001-12.2013.5.15.0102 - Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri

Publicado acórdão em 24/10/2014

0001505-91.2013.5.15.0013 - Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri

Publicado acórdão em 30/04/2014

**112 - "MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA D'OESTE. JORNADA DE FISIOTERAPEUTA. ART. 9º, CAPUT e § 1º e ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 23/12/2009. INCONSTITUCIONALIDADE.** São inconstitucionais, em relação aos fisioterapeutas, o caput e o § 1º, do artigo 9º, e o Anexo II da Lei Complementar n.º 66/2009 do Município de Santa Bárbara D'Oeste, ao fixarem carga de trabalho superior a 30 horas semanais prevista na Lei Federal nº 8.856/1994, por usurparem a competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho (artigo 22, I, da CF/88)." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2017, de 25 de setembro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 27/09/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 28/09/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 29/09/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2017, de 25 de setembro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 14 de agosto de 2017, nos autos dos Processo **0005469-92.2017.5.15.0000 ArgInc.**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010491-04.2016.5.15.0086 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 04/12/2017

**113 - "MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM. ART. 2º, DA LEI COMPLEMENTAR N.º 276, DE 13/12/2013. PROFESSORES. "CARGA SUPLEMENTAR ATRIBUÍDA E "CARGA SUPLEMENTAR EVENTUAL". INCONSTITUCIONALIDADE.** É inconstitucional o art. 2º, da Lei Complementar n.º 276/2013, do Município de Mogi Mirim, que prevê, aos professores, jornada extraordinária sem o pagamento do adicional legal mínimo de 50%, por afastar a garantia fixada no artigo 7º, inciso XVI, da CF/88 e usurpar a competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho (artigo 22, I, CF/88)." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2017, de 25 de setembro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 27/09/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 28/09/2017, págs. 01-02; D.E.J.T. de 29/09/2017, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2017, de 25 de setembro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 14 de agosto de 2017, nos autos dos Processo **0005470-77.2017.5.15.0000 ArgInc.**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010741-69.2015.5.15.0022 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 04/12/2017

**114 - "TRANSPORTE COLETIVO. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA.** A concessão de serviço público de transporte coletivo não configura prestação de serviços terceirizados, o que exclui a responsabilidade subsidiária do ente concedente pelos créditos dos empregados da concessionária". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 25/2017, de 7 de novembro de 2017 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 08/11/2017, pág. 01; D.E.J.T. de 09/11/2017, pág. 01; D.E.J.T. de 10/11/2017, pág. 01)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 25/2017, de 7 de novembro de 2017

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 23 de fevereiro de 2017, nos autos do Processo nº **0005711-85.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010006-14.2014.5.15.0073 - Rel. Wilton Borba Canicoba

Publicado acórdão 09/06/2015

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010114-56.2014.5.15.0101 - Rel. José Carlos Ábile

Publicado acórdão 17/02/2016

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010210-82.2014.5.15.0065 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão 09/03/2015

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010240-68.2013.5.15.0028 - Rel. Samuel Hugo Lima

Publicado acórdão 25/05/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001127-60.2013.5.15.0135 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Publicado acórdão 16/10/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0010416-96.2014.5.15.0065 - Rel. Carlos Alberto Bosco

Publicado acórdão 10/02/2015

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0001711-64.2011.5.15.0114 - Rel. Claudinei Zapata Marques

Publicado acórdão 28/03/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0000949-78.2010.5.15.0083 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Publicado acórdão 16/08/2013

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0011330-20.2014.5.15.0144 - Rel. Fabio Grasselli

Publicado acórdão 23/07/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010446-05.2015.5.15.0031 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão 01/04/2016

**115 - "MUNICÍPIO DE BOCAINA. ART. 101, §6º, DA LEI Nº 2212/2009. PROGRESSÃO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL.** É inconstitucional a regra contida no artigo 101, § 6º, DA LEI N. 2212/2009 do Município de Bocaina, que previu acesso entre cargos de carreiras distintas - de auxiliar de enfermagem para técnico de enfermagem e de técnico de enfermagem para enfermeiro - visto que possibilita o preenchimento de cargos sem prévia aprovação em concurso público, em afronta ao artigo 37, II, da CF/88." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 10/2018, de 19 de junho de 2018 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 28/06/2018, págs. 01-02; D.E.J.T. de 29/06/2018, págs. 01-02; D.E.J.T. de 02/07/2018, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 10/2018, de 19 de junho de 2018.

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 13 de novembro de 2017 nos autos do Processo **0007293-91.2014.5.15.0000 ArgInc.**

[Julgados referenciados:](#)

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0011085- 82.2014.5.15.0055 - Rel. Hélio Grasselli

Publicado acórdão em 27/11/2014



**116 - "MUNICÍPIO DE MATÃO. JORNADA DE PROFESSOR. ARTIGO 44, CAPUT E § 4º, DA LEI Nº 2.626/97. INCONSTITUCIONALIDADE.** São inconstitucionais o artigo 44, caput e o § 4º da Lei Municipal nº 2.626/97, vigente até 31/01/2014, ao fixarem jornada de trabalho dos professores superior àquela prevista na CLT, bem como base de cálculo do descanso semanal remunerado em desacordo com o previsto no artigo 7º, "b", da Lei Federal 605/49, por usurparem a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho (artigo 22, I, da CF/88)." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 10/2018, de 19 de junho de 2018 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 28/06/2018, págs. 01-02; D.E.J.T. de 29/06/2018, págs. 01-02; D.E.J.T. de 02/07/2018, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 10/2018, de 19 de junho de 2018.

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em m 15 de março de 2018 nos autos dos Processos **0006940-17.2015.5.15.0000 ArgInc.**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010919-69.2014.5.15.0081 - Rel. Manoel Carlos de Toledo Filho

Publicado acórdão em 19/10/2018

**117 - "MUNICÍPIO DE LUIS ANTÔNIO. ARTIGO 30, DA LEI COMPLEMENTAR 30/99. ABONO DE ANIVERSÁRIO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL.** É inconstitucional o abono de aniversário instituído pelo artigo 30 da Lei Complementar Municipal 30/99, por violação aos artigos 7º, IV (vinculação ao salário mínimo para efeito de indexação), 37, "caput" (princípio da moralidade administrativa), ambos da Constituição Federal, e também por violar o interesse público expresso no artigo 128 da Constituição do Estado de São Paulo." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 10/2018, de 19 de junho de 2018 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 28/06/2018, págs. 01-02; D.E.J.T. de 29/06/2018, págs. 01-02; D.E.J.T. de 02/07/2018, págs. 01-02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 10/2018, de 19 de junho de 2018.

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 12 de abril de 2018 nos autos do Processo **0007040-98.2017.5.15.0000 ArgInc.**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0011826-94.2015.5.15.0150- Rel. Alexandre Vieira dos Anjos

Publicado acórdão em 17/05/2019

**118 - "ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 8.177/91 - ARTIGO 39, CAPUT - EXPRESSÃO 'EQUIVALENTES À TRD ACUMULADA' - ARTIGO 5º, INCISOS XXII e XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.** É inconstitucional a expressão 'equivalentes à TRD acumulada', contida na cabeça do artigo 39 da Lei nº 8.177/91, por conflitar com o art. 5º, XXII e XXXVI, da CF/88, violando as garantias fundamentais de proteção integral do patrimônio e de inviolabilidade da coisa julgada, uma vez que o referido índice foi criado para remunerar o capital aplicado em investimentos financeiros, pelo que não serve à recomposição do valor da moeda depreciada pela inflação." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 12/2018, de 18 de julho de 2018 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 19/07/2018, págs. 01-02; D.E.J.T. de 20/07/2018, pág. 01; D.E.J.T. de 23/07/2018, pág. 01)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 12/2018, de 18 de julho de 2018

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 12 de abril de 2018, nos autos do Processo nº **0005763-81.2016.5.15.0000 ArgInc.**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010153-10.2015.5.15.0007 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Suspensão em 08/03/2016 - Acordo homologado e publicado em 12/12/2016.

**119 - "MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. LEI ORGÂNICA. VÍCIO DE INICIATIVA LEGISLATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. É inconstitucional o § 17 do artigo 125 da Lei Orgânica, que criou vantagens aos servidores municipais, por violação da reserva constitucional prevista pelo art. 61, §1º, II, "a", da Constituição Federal, que fixa a iniciativa legislativa privativa do chefe do Poder Executivo." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 13/2018, de 2 de agosto de 2018 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 06/08/2018, pág. 02; D.E.J.T. De 07/08/2018, pág. 01; D.E.J.T. De 08/08/2018, pág. 01)**

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 13/2018, de 2 de agosto de 2018**

Tribunal Pleno, em Sessões Judiciais realizadas em 15 de março de 2018 e 28 de junho de 2018, nos autos do Processo **0007691-33.2017.5.15.0000 ArgInc.**

[Julgados referenciados:](#)

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0011621-34.2015.5.15.0128 - Rel. Fernando da Silva Borges

Publicado acórdão em 04/11/2016

**120 - "MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS. SALÁRIO-ESPOSA. LEI MUNICIPAL Nº 7.508/1975. O salário-esposa instituído no art. 2º da Lei Municipal nº 7.508/1975 é devido aos servidores, sem qualquer distinção de gênero". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 018/2018, de 26 de outubro de 2018 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 29/10/2018, págs. 05 e 06; D.E.J.T. de 30/10/2018, pág. 01; e D.E.J.T. de 31/10/2018, págs. 01 e 02)**

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 018/2018, de 26 de outubro de 2018

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 20 de setembro de 2018 nos autos dos Processos **0006767-90.2015.5.15.0000 IUJ.**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

000277-62.2014.5.15.0008 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Publicado acórdão em 08/04/2016

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0001089-41.2013.5.15.0008 - Rel. Susana Graciela Santiso

Publicado acórdão em 23/01/2015

0000164-11.2014.5.15.0008 - Rel. Eliane de Carvalho Costa Ribeiro

Publicado acórdão em 08/07/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001088-56.2013.5.15.0008 - Rel. Edna Pedroso Romanini

Publicado acórdão em 26/06/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0011414-38.2014.5.15.0106 - Rel. Fabio Grasselli

Publicado Acórdão em 25/09/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0001994-46.2013.5.15.0008 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 25/01/2019

0002012-64.2013.5.15.0106 - Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo

Publicado acórdão em 04/03/2016

**121 - "ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. MANUSEIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA. ÁLCALIS CÁUSTICOS EM BAIXA CONCENTRAÇÃO. INDEVIDO.** O manuseio de produtos de limpeza de uso comum que contenham álcalis cáusticos diluídos e em baixa concentração, situação que não se enquadra no Anexo 13, da NR 15, da Portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, não enseja o direito à percepção de adicional de insalubridade." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 020/2018, de 31 de outubro de 2018 – Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 06/11/2018, págs. 01 e 02; D.E.J.T. de 07/11/2018, págs. 01 e 02; e D.E.J.T. de 08/11/2018, págs. 01 e 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 020/2018, de 31 de outubro de 2018

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 20 de setembro de 2018 nos autos dos Processos **0007045-23.2017.5.15.0000 IUJ.**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010401-53.2015.5.15.0143 - Rel. Ricardo Antonio de Plato

Publicado acórdão em 02/05/2017

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0001331-83.2011.5.15.0003 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 14/03/2014

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0010971-03.2015.5.15.0058 - Rel. Fabio Grasselli

Publicado acórdão em 01/09/2017

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0000621-03.2013.5.15.0162 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 06/03/2015

**122 - "EXTINÇÃO DA ESCALA 12X36 POR DECISÃO JUDICIAL. SUPRESSÃO DE HORAS EXTRAS. INDENIZAÇÃO INDEVIDA.** A extinção da escala 12x36 em cumprimento de decisão judicial anterior torna indevida a indenização prevista na Súmula nº 291 do C.TST, uma vez que a supressão de horas extras não ocorreu por ato unilateral do empregador." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 020/2018, de 31 de outubro de 2018 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 06/11/2018, págs. 01 e 02; D.E.J.T. de 07/11/2018, págs. 01 e 02; e D.E.J.T. de 08/11/2018, págs. 01 e 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 020/2018, de 31 de outubro de 2018

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 20 de setembro de 2018 nos autos dos Processos **0005655-52.2016.5.15.0000 IUJ.**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0010092-85.2013.5.15.0051 - Rel. Carlos Alberto Bosco

Publicado acórdão em 15/09/2014

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0001480-13.2013.5.15.0067 - Rel. Maria Madalena de Oliveira

Publicado acórdão em 31/07/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010138-47.2014.5.15.0081 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 03/06/2015

**123 - "MUNICÍPIO DE ATIBAIA. PROFESSORES. DOBRA DO PERÍODO EM SUBSTITUIÇÃO. EXCESSO DE JORNADA. PAGAMENTO SEM ADICIONAL. INCONSTITUCIONALIDADE.** São inconstitucionais o item "2" das "observações" do anexo III da Lei 2.406/90 e o inciso II do artigo 4º da Lei Complementar 243/98, do Município de Atibaia, que preveem, aos professores, jornada extraordinária sem o pagamento do adicional legal mínimo de 50%, por afastar a garantia fixada no artigo 7º, inciso XVI, da CF/88 e usurpar a competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho (artigo 22, I, CF/88). (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 021/2018, de 26 de novembro de 2018 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 29/11/2018, pág. 01; D.E.J.T. de 30/11/2018, pág. 01; e D.E.J.T. de 03/12/2018, pág. 01)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 021/2018, de 26 de novembro de 2018

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial, realizada em 16 de agosto de 2018 nos autos dos Processos **0005009-71.2018.5.15.0000 ArgInc.**

[Julgados referenciados:](#)

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0011479-57.2016.5.15.0140 - Rel. Jorge Luiz Costa

Publicado acórdão em 02/02/2018



**124 – “MULTA DO ARTIGO 477, § 8º, DA CLT. AVISO PRÉVIO CUMPRIDO EM CASA. VERBAS RESCISÓRIAS. PRAZO PARA PAGAMENTO.** É de até dez dias, a partir da notificação da despedida, o prazo para pagamento das verbas rescisórias na hipótese de aviso-prévio cumprido em casa.” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 24/01/2019, págs. 01 e 02; D.E.J.T. de 25/01/2019, págs. 01 a 03; e D.E.J.T. de 28/01/2019, págs. 01 e 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 18 de outubro de 2018, nos autos dos Processos **0006257-72.2018.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0011379-23.2015.5.15.0113 - Rel. Tereza Asta Aparecida Gemignani

Publicado acórdão em 08/03/2017

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010922-98.2014.5.15.0121 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 11/03/2016

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0011576-19.2016.5.15.0095 - Rel. Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Publicado acórdão em 26/01/2018

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0012151-31.2015.5.15.0001 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 04/08/2017

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0012233-31.2014.5.15.0055 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Publicado acórdão em 25/08/2017

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0010437-77.2015.5.15.0149 - Rel. Renato Henry Sant'Anna

Publicado acórdão em 03/03/2017

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0011047-59.2014.5.15.0091 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Publicado acórdão em 05/02/2016

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010182-81.2013.5.15.0055 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado acórdão em 15/12/2016

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0011474-76.2016.5.15.0094 - Rel. Gerson Lacerda Pistori

Publicado acórdão em 01/02/2018

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0010371-52.2016.5.15.0088 - Rel. Fabio Grasselli

Publicado acórdão em 21/06/2017

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010641-75.2016.5.15.0153 - Rel. Luiz Henrique Rafael

Publicado acórdão em 31/01/2018

**125 - “MUNICÍPIO DE ROSANA. ALTERAÇÃO DE REGIME JURÍDICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** Compete à Justiça do Trabalho julgar demandas envolvendo o Município de Rosana e seus servidores até 31/12/2013, a partir de quando, nos termos do artigo 181 da Lei Complementar nº 38/2014, passou a produzir efeitos o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Rosana.” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 24/01/2019, págs. 01 e 02; D.E.J.T. de 25/01/2019, págs. 01 a 03; e D.E.J.T. de 28/01/2019, págs. 01 e 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 18 de outubro de 2018, nos autos dos Processos **0005924-28.2015.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0011474-11.2015.5.15.0127- Rel. Ricardo Antonio de Plato

Publicado acórdão em 24/08/2016

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010322-59.2014.5.15.0127- Rel. Susana Graciela Santiso

Publicado acórdão em 26/02/2016

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0000861-97.2013.5.15.0127 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 06/03/2015

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010183-44.2013.5.15.0127 - Rel. Adriene Sidnei de Moura David Diamantino

Publicado acórdão em 22/05/2015

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0010185-14.2013.5.15.0127 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Publicado acórdão em 30/09/2016

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0010246-35.2014.5.15.0127 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Publicado acórdão em 26/09/2014

0010324-29.2014.5.15.0127 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Publicado acórdão em 26/09/2014

0011559-94.2015.5.15.0127 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Publicado acórdão em 27/10/2016

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010066-48.2016.5.15.0127 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado acórdão em 02/12/2016

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0010136-36.2014.5.15.0127 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 26/02/2016

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0010142-43.2014.5.15.0127 - Rel. Fernando da Silva Borges

Publicado acórdão em 23/09/2016

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010104-31.2014.5.15.0127- Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 22/07/2015

**126 - "INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 6/1996 DO MUNICÍPIO DE GUAREÍ. GRATIFICAÇÃO CONCEDIDA A CRITÉRIO DO PREFEITO. OFENSA AO ARTIGO 37, "CAPUT", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INCORPORAÇÃO DO BENEFÍCIO. INCABÍVEL. É** inconstitucional a Lei nº 6/1996 do Município de Guareí, por violação aos princípios da impessoalidade e moralidade, sendo incabível a incorporação, aos contratos de trabalho, da gratificação nela prevista". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 24/01/2019, págs. 01 e 02; D.E.J.T. de 25/01/2019, págs. 01 a 03; e D.E.J.T. de 28/01/2019, págs. 01 e 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 18 de outubro de 2018, nos autos dos Processos **0005713-55.2016.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0001801-63.2012.5.15.0041 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 28/11/2014

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0001754-89.2012.5.15.0041 - Rel. Eliane de Carvalho Costa Ribeiro

Publicado acórdão em 07/11/2014

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0001802-48.2012.5.15.0041 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Publicado acórdão em 18/10/2013

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0000361-95.2013.5.15.0041 - Rel. Sandra De Poli

Publicado acórdão em 07/11/2014

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0001738-38.2012.5.15.0041 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Publicado acórdão em 23/01/2015

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0001786-94.2012.5.15.0041 - Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita

Publicado acórdão em 13/06/2014

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0001716-77.2012.5.15.0041 - Rel. Orlando Amâncio Taveira

Publicado acórdão em 18/06/2014

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0010454-83.2014.5.15.0041 - Rel. Alexandre Vieira dos Anjos

Publicado acórdão em 15/05/2015

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0001788-64.2012.5.15.0041 - Rel. João Alberto Alves Machado

Publicado acórdão em 30/04/2015

**127 - "JUROS DE MORA. FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI 9.494/97. ADI nº 4.357 DO STF.** Nas condenações impostas à Fazenda Pública, incidem juros de mora: a) de 1% (um por cento) ao mês, até agosto de 2001, nos termos do §1º do art. 39 da Lei n.º 8.177/91; b) de 0,5% (meio por cento) ao mês, de setembro de 2001 a 29 de junho de 2009, conforme determina o art. 1º - F da Lei nº 9.494/97; e c) a partir de 30 de junho de 2009, incidência dos juros aplicados à caderneta de poupança, por força do art. 5º da Lei n.º 11.960/09." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 24/01/2019, págs. 01 e 02; D.E.J.T. de 25/01/2019, págs. 01 a 03; e D.E.J.T. de 28/01/2019, págs. 01 e 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 18 de outubro de 2018, nos autos dos Processos **0006640-55.2015.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0011155-24.2017.5.15.0143 - Rel. Renan Ravel Rodrigues Fagundes

Publicado acórdão em 6/7/2018

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0011651-86.2016.5.15.0014 - Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella

Publicado acórdão em 19/4/2018

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0011025-10.2017.5.15.0151 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Publicado acórdão em 25/7/2018

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0012432-89.2015.5.15.0064 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 30/7/2018

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010374-08.2017.5.15.0141 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Publicado acórdão em 25/6/2018

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0010899-57.2017.5.15.0151 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Publicado acórdão em 14/6/2018

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0011419-17.2017.5.15.0151 - Rel. Renan Ravel Rodrigues Fagundes

Publicado acórdão em 31/7/2018

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0011540-87.2017.5.15.0137 - Rel. Erodite Ribeiro dos Santos de Biasi

Publicado acórdão em 26/7/2018

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0013154-08.2017.5.15.0015 - Rel. José Pitas

Publicado acórdão em 4/7/2018

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0011667-32.2016.5.15.0049 - Rel. João Alberto Alves Machado

Publicado acórdão em 27/07/2018

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0011455-60.2017.5.15.0086 - Rel. Luiz Henrique Rafael

Publicado acórdão em 17/7/2018



**128 - "CONTRATO DE GESTÃO/CONVÊNIO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA TRABALHISTA DO ENTE PÚBLICO.** Nos contratos de gestão/convênio, uma vez caracterizada a culpa do ente público quanto ao dever legal de fiscalizar o órgão conveniado no cumprimento de suas obrigações trabalhistas, resulta sua responsabilidade subsidiária." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 24/01/2019, págs. 01 e 02; D.E.J.T. de 25/01/2019, págs. 01 a 03; e D.E.J.T. de 28/01/2019, págs. 01 e 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2019, de 23 de janeiro de 2019

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 18 de outubro de 2018, nos autos dos Processos **0006699-09.2016.5.15.0000 IUJ**

Julgados referenciados:

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010267-46.2015.5.15.0007 - Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri

Publicado acórdão em 26/02/2016

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0011256-52.2015.5.15.0007 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 21/07/2016

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0011577-87.2015.5.15.0007 - Rel. Helcio Dantas Lobo Junior

Publicado acórdão em 16/08/2016

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010333-26.2015.5.15.0007 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 17/08/2016

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010037-04.2015.5.15.0007 - Rel. Adriene Sidnei de Moura David Diamantino

Publicado acórdão em 11/08/2016

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0211800-68.2009.5.15.0071 - Rel. Renato Buratto

Publicado acórdão em 20/9/2013,

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0011333-76.2015.5.15.0099 - Rel. Thomas Malm

Publicado acórdão em 29/07/2016

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0000216-67.2013.5.15.0064 - Rel. Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Publicado acórdão em 25/01/2016

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0001827-27.2013.5.15.0041 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Publicado acórdão em 17/04/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara,**

0010166-09.2015.5.15.0007 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 18/11/2015

0012647-91.2014.5.15.0099 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 11/08/2016

**129 - "MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO. REAJUSTE DE 5,85%. LEI MUNICIPAL Nº 3.676/2014. INAPLICABILIDADE AOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.** Inaplicável aos servidores integrantes do magistério público do Município de Campos do Jordão o reajuste de 5,85% previsto na Lei Municipal nº 3.676/2014, tendo em vista que a categoria dos professores foi excluída do Anexo IV da Lei Municipal nº 1.822/1991 por leis específicas. Legítima a supressão do percentual em vista do disposto na Súmula nº 473 do E. Supremo Tribunal Federal. " (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 03/2019, de 22 de fevereiro de 2019 - Divulgada no D.E.J.T. - Caderno Judiciário de 26/02/2019, pág. 01; D.E.J.T. de 27/02/2019, pág. 01; e D.E.J.T. de 28/02/2019, pág. 01)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 03/2019, de 22 de fevereiro de 2019

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 03 de dezembro de 2018, nos autos dos Processos **0006570-33.2018.5.15.0000** IUJ

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 1ª Câmara**

0011187-24.2016.5.15.0059 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Publicado acórdão em 07/07/2017

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0011072-03.2016.5.15.0059 - Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim

Publicado acórdão em 20/04/2018

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0012608-83.2015.5.15.0059 - Rel. Marcos Da Silva Porto

Publicado acórdão em 02/03/2018

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0012341-77.2016.5.15.0059 - Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

Publicado acórdão em 02/02/2018

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0012267-23.2016.5.15.0059 - Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues De Souza

Publicado acórdão em 04/12/2017

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0012419-71.2016.5.15.0059 - Relator Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 20/10/2017

**5ª Turma -10ª Câmara**

0011389-98.2016.5.15.0059 - Rel. Fabio Grasselli

Publicado acórdão em 02/03/2018

0012953-49.2015.5.15.0059 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Publicado acórdão em 24/06/2016

0012719-67.2015.5.15.0059 - Rel. Alexandre Vieira dos Anjos

Publicado acórdão em 18/08/2017

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0012614-90.2015.5.15.0059 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 19/08/2016

**130 – "JORNADA 12X36. VALIDADE. SUPRESSÃO PARCIAL OU TOTAL DO INTERVALO INTRAJORNADA.** A supressão parcial ou total do intervalo intrajornada, por si só, não invalida o regime de trabalho 12x36, regularmente estabelecido em lei ou negociação coletiva." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2019, de 15 de abril de 2019 – Divulgada no D.E.J.T, - Caderno Judiciário de 24/4/2019, pág. 01, D.E.J.T. de 25/4/2019, pág. 01 e D.E.J.T. de 26/4/2019, págs. 04 e 05)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA No 007/2019, de 15 de abril de 2019,

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 21 de fevereiro de 2019 , nos autos do Processo **0007123-17.2017.5.15.0000 IUJ.**

**Entendimento reafirmado - Tese Jurídica nº 41 de IRDR**

**"A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada, no âmbito do regime especial de jornada 12x36, não acarreta, por si só, a sua descaracterização."** (IRDR 0017280-68.2025.5.15.0000 - Seção de Uniformização de Jurisprudência – Acórdão publicado em 30/07/2025 – Relator Desembargador Wilton Borba Canicoba)

[Julgados originários do IRDR:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010747-27.2024.5.15.0098 - Rel. Ricardo Antônio de Plato

Acórdão disponível a partir de 13/06/2025

0011957-71.2024.5.15.0015 - Rel. Fábio Bueno de Aguiar

Acórdão disponível a partir de 13/06/2025

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010402-59.2024.5.15.0131 - Rel. Helio Grasselli

Acórdão disponível a partir de 07/05/2025

0011142-02.2024.5.15.0136 - Rel. Susana Graciela Santiso

Acórdão disponível a partir de 27/03/2025

**2ª Turma - 3ª Câmara**

011179-29.2024.5.15.0136 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Acórdão disponível a partir de 18/06/2025

0010253-71.2022.5.15.0151 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Acórdão disponível a partir de 17/06/2024

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010822-58.2023.5.15.0015 - Rel. Eleonora Bordini Coca

Acórdão disponível a partir de 20/09/2024

0011081-69.2022.5.15.0021 - Rel. Ronaldo Oliveira Siandela

Acórdão disponível a partir de 29/01/2024

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010235-56.2024.5.15.0094 - Rel. Manoel Carlos Toledo Filho

Acórdão disponível a partir de 19/02/2025

0011279-97.2024.5.15.0066 - Rel. Adriene Sidnei de Moura David

Acórdão disponível a partir de 30/04/2025

### **3ª Turma - 6ª Câmara**

0010640-64.2022.5.15.0126 - Rel. João Batista da Silva

Acórdão disponível a partir de 15/05/2025

0011868-57.2022.5.15.0067 - Rel. Marcelo Magalhães Rufino

Acórdão disponível a partir de 18/09/2024

### **4ª Turma - 7ª Câmara**

0010151-54.2024.5.15.0062 - Rel. Marina De Siqueira Ferreira Zerbinatti

Acórdão disponível a partir de 11/06/2025,

0012147-68.2023.5.15.0015 - Rel. Wellington Amadeu

Acórdão disponível a partir de 19/02/2025

### **4ª Turma - 8ª Câmara**

0010897-46.2024.5.15.0150 - Rel. Keila Nogueira Silva

Acórdão disponível a partir de 17/06/2025,

0011806-95.2023.5.15.0062 - Rel. Maurício De Almeida

Acórdão disponível a partir de 10/06/2025

### **5ª Turma - 9ª Câmara**

0010128-05.2020.5.15.0077 - Rel. Alexandre Vieira dos Anjos

Acórdão disponível a partir de 04/11/2024

0011632-92.2020.5.15.0094 - Rel. Marcelo Garcia Nunes

Acórdão disponível a partir de 02/08/2024

### **5ª Turma - 10ª Câmara**

0010924-53.2023.5.15.0024 - Rel. Renan Ravel Rodrigues Fagundes

Acórdão disponível a partir de 22/04/2025

0011076-13.2024.5.15.0042 - Rel. Edison dos Santos Pelegrini

Acórdão disponível a partir de 29/11/2024

### **6ª Turma - 11ª Câmara**

0012232-51.2023.5.15.0113 - Rel. João Batista Martins Cesar

Acórdão disponível a partir de 20/12/2024

0010437-24.2023.5.15.0076 - Rel. Laura Bittencourt Ferreira Rodrigues

Acórdão disponível a partir de 09/05/2024

[Julgados referenciados da Súmula:](#)

### **1ª Turma - 2ª Câmara**

0010644-18.2014.5.15.0115- Rel. Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho

Publicado acórdão em 22/1/2016

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0000358-66.2013.5.15.0001 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Publicado acórdão em 23/5/2014

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0000797-31.2014.5.15.0102 - Rel. Daniela Macia Ferraz Giannini

Publicado acórdão em 21/10/2016

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0010908-18.2014.5.15.0153 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 16/9/2016

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0011094-94.2014.5.15.0103- Rel. Sérgio Milito Barêa

Publicado acórdão em 3/6/2016

**131 – "MUNICÍPIO DE CAMPOS DO JORDÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** Compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que versem sobre a complementação de aposentadoria, paga diretamente pelo empregador, em decorrência do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Campos do Jordão, em sua redação originária." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº 010/2019, de 14 de maio de 2019 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 16/5/2019, pág. 01, D.E.J.T. de 17/5/2019, págs. 01 e 02 e D.E.J.T. de 20/5/2019, pág. 03)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA no 010/2019, de 14 de maio de 2019

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 25 de abril de 2019 , nos autos do Processo **0007547-59.2017.5.15.0000 IUJ.**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0011024-44.2016.5.15.0059 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 07/04/2022

**4ª Turma - 8ª Câmara**

Processo 0012580-18.2015.5.15.0059 - Rel. Claudinei Zapata Marques

Publicado acórdão em 03/02/2017

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0012570-71.2015.5.15.0059 - Rel. Juliana Benatti

Publicado acórdão em 24/3/2017



**132 - “PRÊMIO DE INCENTIVO. LEI ESTADUAL 8.975/94. NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ADMINISTRATIVA.** O Prêmio de Incentivo previsto na Lei Estadual nº 8.975/94 possui natureza indenizatória, em estrita observância ao Princípio da 25 Legalidade Administrativa, pois a norma instituidora do benefício previu expressamente que o título seria pago sem que houvesse incorporação aos vencimentos ou salários.” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº 013/2019, de 16 de julho de 2019 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 18/07/2019, pág. 05, D.E.J.T. de 19/07/2019, pág. 01 e D.E.J.T. de 22/07/2019, pág. 01)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº 013/2019, de 16 de julho de 2019.

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 16 de agosto de 2018, nos autos do Processo **0005735-79.2017.5.15.0000 IUJ** e, em 27 de junho de 2019, nos autos dos Embargos de Declaração opostos.

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010258-30.2014.5.15.0101 - Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri

Publicado acórdão em 22/1/2016

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0001571-29.2013.5.15.0027 - Rel. José Carlos Ábile

Publicado acórdão em 26/6/2015

**2ª Turma -4ª Câmara**

0001214-38.2012.5.15.0042 - Rel. Luiz José Dezena da Silva

Publicado acórdão em 25/7/2014

**3ª Turma -5ª Câmara**

00011653-20.2015.5.15.0005- Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Publicado acórdão em 2/3/2017

**3ª Turma -6ª Câmara**

0010751-12.2015.5.15.0088 - Rel. Hamilton Luiz Scarabelim

Publicado acórdão em 10/6/2016

**4ª Turma -7ª Câmara**

0000235-86.2014.5.15.0113 - Rel. Carlos Augusto Escanfella

Publicado acórdão em 8/5/2015

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0011758-83.2015.5.15.0041 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado acórdão em 30/9/2016

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0000643-24.2014.5.15.0066 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 27/11/2015

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010181-84.2015.5.15.0004 - Rel. João Batista Martins César

Publicado acórdão em 01/07/2016

**133 - “CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. EMPREGADO NÃO ASSOCIADO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO INDIVIDUAL EXPRESSA. É DEVIDA A RESTITUIÇÃO PELO EMPREGADOR.** O desconto da contribuição confederativa e assistencial, prevista em norma coletiva, de empregados não associados ao sindicato da categoria sem a sua autorização individual expressa impõe ao empregador a obrigação de restituir os respectivos valores” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº 019/2019, de 18 de novembro de 2019 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 19/11/2019, pág. 01, D.E.J.T. de 21/11/2019, pág. 01 e D.E.J.T. de 22/11/2019, pág. 02)

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº 019/2019, de 18 de novembro de 2019**

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 24 de agosto de 2019, nos autos do Processo **0006953-11.2018.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 1ª Câmara**

0010358-51.2017.5.15.0142 - Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani

Publicado acórdão em 10/09/2018

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0000142-88.2014.5.15.0157 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 15/06/2018

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010557-56.2018.5.15.0104 - Rel. Edmundo Fraga Lopes

Publicado acórdão em 05/04/2019

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010089-73.2016.5.15.0133 - Rel. Manoel Carlos Toledo Filho

Publicado acórdão em 17/05/2019

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0013547-54.2015.5.15.0062 - Rel. Lorival Ferreira dos Santos

Publicado acórdão em 10/05/2019

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0011346-56.2016.5.15.0094 - Rel. Roberto Nóbrega de Almeida Filho

Publicado acórdão em 10/08/2018

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0011951-38.2017.5.15.0006 - Rel. Claudinei Zapata Marques

Publicado acórdão em 03/05/2019

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0010128-15.2016.5.15.0022 - Rel. Luiz Antonio Lazarim

Publicado acórdão em 10/05/2019

**5ª Turma - 10ª Câmara**

0012243-66.2015.5.15.0079 - Rel. Ricardo Regis Laraia

Publicado acórdão em 31/05/2019

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0011753-73.2016.5.15.0058 - Rel. Antonio Francisco Montanagna

Publicado acórdão em 05/04/2019

**134 – "MUNICÍPIO DE PIRASSUNUNGA. ISONOMIA DE VENCIMENTOS. LEI ORGÂNICA. INCONSTITUCIONALIDADE.** É inconstitucional o §1º do artigo 92 da Lei Orgânica do Município de Pirassununga, que prevê a isonomia de vencimentos entre os Poderes Executivo e Legislativo, por violação ao disposto no artigo 37, X e XIII, da CF/88." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 002/2020, de 20 de maio de 2020 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 01/06/2020, pág. 01, D.E.J.T. de 02/06/2020, pág. 01 e D.E.J.T. de 03/06/2020, pág. 01)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 002/2020, de 20 de maio de 2020

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 24 de outubro de 2019, no Processo **0007028-50.2018.5.15.0000** ArgInc

[Julgados referenciados:](#)

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0010448-77.2017.5.15.0136 - Rel. Larissa Carotta Martins da Silva Scarabelim

Publicado acórdão em 14/07/2020

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0012243-21.2017.5.15.0136 - Rel. José Antônio Dosualdo

Publicado acórdão em 26/08/2020

0012735-13.2017.5.15.0136 - Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza

Publicado acórdão em 28/07/2020

**135 - "TRABALHADOR RURAL. CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR. TROCA DE EITO OU TALHÃO. PREPARO DE FERRAMENTAS DE TRABALHO. TEMPO À DISPOSIÇÃO DO EMPREGADOR.** O tempo despendido pelo empregado remunerado por produção, em atividades preparatórias de troca de eito ou talhão e de preparo de ferramentas, para todos os efeitos, sendo devida a remuneração equivalente à hora de trabalho regular, ou extraordinária se ultrapassada a jornada normal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 013/2021, de 24 de setembro de 2021 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 28/09/2021, pág. 01, D.E.J.T. de 29/09/2021, pág. 01 e D.E.J.T. de 30/09/2021, pág. 01)

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 013/2021, de 24 de setembro de 2021**

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 26 de agosto de 2021, no Processo **0007159-59.2017.5.15.0000 IUJ**

[Julgados referenciados:](#)

**1ª Turma - 2ª Câmara**

0010482-51.2019.5.15.0146 - Rel. Patrícia Glugovskis Penna Martins

Publicado acórdão em 20/05/2020

0011154-06.2016.5.15.0036 - Rel. José Otávio de Souza Ferreira

Publicado acórdão em 16/08/2017

**2ª Turma - 3ª Câmara**

0010087-64.2016.5.15.0146 - Rel. Helcio Dantas Lobo Junior

Publicado acórdão em 24/11/2016

0010770-96.2019.5.15.0146 - Rel. Antonia Regina Tancini Pestana

Publicado acórdão em 14/05/2020 em cuja fundamentação inclusive são citados precedentes da Câmara: processos 0000392-61.2013.5.15.0156 RO e 0011870-28.2015.5.15.0146 RO

**3ª Turma - 5ª Câmara**

0010277-22.2019.5.15.0146 - Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann

Publicado acórdão em 13/04/2020

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0012397-43.2016.5.15.0146 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado acórdão em 30/06/2017

0010073-75.2019.5.15.0146 - Rel. Claudinei Zapata Marques

Publicado acórdão em 05/03/2020

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0010364-58.2015.5.15.0100 - Rel. João Batista da Silva

Publicado acórdão em 30/11/2017

0010269-45.2019.5.15.0146 - Rel. Alexandre Vieira dos Anjos

Publicado acórdão em 16/10/2019

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010550-98.2019.5.15.0146 - Rel. Eder Sivers

Publicado acórdão em 14/02/2020

**136 - "LEI ORGÂNICA. MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E SEXTA-PARTE. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL POR VÍCIO DE INICIATIVA. PRINCÍPIO DA SIMETRIA.** É formalmente inconstitucional o § 16 do artigo 152 da Lei Orgânica Municipal de Cafelândia, que criou vantagens aos seus servidores municipais, por afronta à reserva prevista pelo artigo 61, §1º, inciso II, "a", da Constituição Federal, norma de observância obrigatória por força do princípio da simetria e que atribui privativamente ao chefe do Poder Executivo a iniciativa legislativa para disciplinar a matéria." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 011/2022, de 8 de setembro de 2022 – 26 Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 09/09/2022, pág. 01, D.E.J.T. de 12/09/2022, pág. 01 e D.E.J.T. de 13/09/2022, pág. 01)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 011/2022, de 8 de setembro de 2022

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 30 de junho de 2022, no Processo **0006668-13.2021.5.15.0000 ArgIncCiv.**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0010647-25.2020.5.15.0062 - Rel. André Augusto Ulpiano Rizzardo

Publicado acórdão em 19/08/2022



**137 - "INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUARATINGUETÁ. ISONOMIA DE VENCIMENTOS PARA SERVIDORES DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.** É inconstitucional o § 1º do artigo 82 da Lei Orgânica Municipal de Guaratinguetá, em sua redação original, no que previa isonomia de vencimentos entre servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, por afronta à norma do artigo 37, inciso XIII e, por simetria federativa, do artigo 61, § 1º, II, "a", da Constituição Federal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 012/2022, de 9 de setembro de 2022 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 12/09/2022, págs. 01 e 02, D.E.J.T. de 13/09/2022, págs. 01 e 02, e D.E.J.T. de 14/09/2022, págs. 01 e 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 012/2022, de 9 de setembro de 2022

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 28 de julho de 2022, no Processo **0007879-84.2021.5.15.0000 ArgIncCiv.**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0011398-41.2020.5.15.0020 - Rel. Thomas Malm

Publicado acórdão em 09/06/2021

0010561-88.2017.5.15.0020 - Rel. Luiz Roberto Nunes

Publicado acórdão em 02/02/2018

**138 – "INCONSTITUCIONALIDADE. PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR 01/2011 DO MUNICÍPIO DE ALUMÍNIO.** É inconstitucional o disposto no parágrafo 3º do artigo 3º da Lei Complementar 01/2011 do Município de Alumínio, em sua redação original, ao instituir, como subteto para os vencimentos dos professores, a remuneração do Secretário Municipal da Educação / Diretor de Departamento da Prefeitura, por violação ao art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, que não admite, explícita ou implicitamente, a fixação de subteto único diferenciado. A remuneração dos servidores públicos municipais está submetida a teto único, consubstanciado no subsídio do prefeito municipal, sendo incompatível com a norma constitucional qualquer regra editada pelo legislador ordinário fixando teto remuneratório diverso". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 012/2022, de 9 de setembro de 2022 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 12/09/2022, págs. 01 e 02, D.E.J.T. de 13/09/2022, págs. 01 e 02, e D.E.J.T. de 14/09/2022, págs. 01 e 02)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 012/2022, de 9 de setembro de 2022

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 28 de julho de 2022, no Processo **0008426-27.2021.5.15.0000 ArgIncCiv.**

[Julgados referenciados:](#)

**3ª Turma - 6ª Câmara**

0012226-69.2017.5.15.0108 - Rel. Jorge Luiz Souto Maior

Publicado acórdão em 13/08/2020

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0010374-39.2019.5.15.0108 - Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Publicado acórdão em 11/05/2023

**139 - "MUNICÍPIO DE PINDORAMA. ARTIGOS 3º E 4º DA LEI COMPLEMENTAR N. 2271/2017. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS. PROFESSOR DE APOIO PARA PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I E II. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO.** É inconstitucional o disposto nos artigos 3º e 4º da Lei Complementar n.2.271/2017 do Município de Pindorama, em sua redação original, no que previa a investidura dos antigos ocupantes do cargo de Professor de Apoio nos cargos de Professor de Ensino Fundamental I e II, por violação ao art. 37, inciso II, da Constituição da República." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 014/2022, de 11 de outubro de 2022 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 13/10/2022, pág. 01, D.E.J.T. de 14/10/2022, pág. 01 e D.E.J.T. de 17/10/2022, pág. 03)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 014/2022, de 11 de outubro de 2022

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 25 de agosto de 2022, no Processo **0007880-69.2021.5.15.0000 ArgIncCiv**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0011950-84.2019.5.15.0070 - Rel. Luciane Storel

Publicado acórdão em 08/03/2023.

**140 - "LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2004 DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL E FORMAL. JORNADA SUPLEMENTAR SEM OS EFEITOS CONSTITUCIONAIS PRECONIZADOS PARA A JORNADA EXTRAORDINÁRIA: USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO. ARTIGO 7º, INCISO XVI, E 22, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.** São material e formalmente inconstitucionais os parágrafos 3º e 4º do artigo 13 da Lei Complementar nº 02/2004 do Município de Jardinópolis, tal como incluídos pela Lei Complementar Municipal nº 03/2017, por afronta material ao artigo 7º, inciso XVI, da Constituição Federal, e por usurpação da competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, como prevista no artigo 22, inciso I, da Constituição Federal." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 004/2023, de 17 de fevereiro de 2023 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 27/02/2023, págs. 133 e 134, D.E.J.T. de 28/02/2023, pág. 202 e D.E.J.T. de 01/03/2023, págs. 138 e 139)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 004/2023, de 17 de fevereiro de 2023  
Tribunal Pleno, em Sessão Judicial realizada em 27 de outubro de 2022, no Processo **0008877-52.2021.5.15.0000 ArgIncCiv**

[Julgados referenciados:](#)

**5ª Turma - 9ª Câmara**

0010699-98.2020.5.15.0004 RO - Rel. José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza

Publicado acórdão em 14/11/2023

**141 - "LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA PAULISTA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL POR VÍCIO DE INICIATIVA. PROMOÇÃO ANUAL.** São formalmente inconstitucionais o "caput" e o parágrafo único do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal de Cachoeira Paulista, que criam vantagens aos seus servidores municipais, por afronta à reserva prevista pelo artigo 61, §1º, inciso II, "a", da Constituição Federal.". (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº 007/2023, de 17 de abril de 2023 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 19/04/2023, págs. 2061 e 2062, D.E.J.T. de 20/04/2023, pág. 1276 e D.E.J.T. de 24/04/2023, pág. 420)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2023, 17 de abril de 2023  
Tribunal Pleno, em Sessão Judicial Ordinária realizada em 1º de dezembro de 2022, no Processo **0008643-70.2021.5.15.0000 ArgIncCiv**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0011608-82.2020.5.15.0088 RO - Rel. Claudinei Zapata Marques

Publicado acórdão em 02/10/2023.

**142 - “MUNICÍPIO DE AVANHANDAVA. REAJUSTE SALARIAL ANUAL MÍNIMO DE 8% - SERVIDORES PÚBLICOS DO MAGISTÉRIO. ART. 45, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR N. 8/2010. INCONSTITUCIONALIDADE.** É inconstitucional o parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 8/2010 do Município de Avanhandava, que concede o reajuste salarial mínimo de 8% aos servidores do magistério municipal no mês de maio de cada ano, por violar o disposto nos arts. 169, §1º, I e II e 37, X, da CF/88.” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA n.º 014/2023, de 1º de agosto de 2023 – Divulgada no D.E.J.T.- Caderno Judiciário de 02/08/2023, págs. 400 e 401, DEJT de 03/08/2023, págs. 868 e 869 e DEJT de 04/08/2023, págs. 213 e 214).

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 014/2023, 1º de agosto de 2023

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial Ordinária realizada em 25 de março de 2021, no Processo **0008426-32.2018.5.15.0000 ArgIncCiv**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0011341-41.2016.5.15.0124 RO - Rel. Thomas Malm

Publicado acórdão em 18/03/2022.

**143 - "LEI Nº 2.033/2017 DO MUNICÍPIO DE ITAJU. INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO AOS VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO, NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO COMISSIONADA PELO PERÍODO ININTERRUPTO DE 3 (TRÊS) ANOS, A PARTIR DO ATO DE NOMEAÇÃO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA SUPERIORIDADE DO INTERESSE PÚBLICO, MORALIDADE ADMINISTRATIVA E IMPESSOALIDADE.** Por violação aos princípios da superioridade do interesse público, moralidade administrativa e impessoalidade, é inconstitucional a Lei nº 2.033/2017 do Município de Itaju e, portanto, é incabível a incorporação aos vencimentos de servidor público, da gratificação pelo exercício de função comissionada desempenhada pelo período de 3 (três) anos ininterruptos e contados do ato de nomeação, por aplicação do parágrafo 9º, do artigo 39, da CRFB, o qual veda a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº 021/2023, de 11 de dezembro de 2023 – Divulgada no DEJT - Caderno Judiciário de 11/12/2023, pág. 1690, DEJT de 12/12/2023, pág. 375 e DEJT de 13/12/2023, págs. 1539 e 1540)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 021/2023, de 11 de dezembro de 2023.

Tribunal Pleno, em Sessão Judicial Ordinária realizada em 30 de agosto de 2023, no Processo **0005791-39.2022.5.15.0000 ArgIncCiv**

[Julgados referenciados:](#)

**6ª Turma - 11ª Câmara**

0010848-62.2020.5.15.0144 RO - Rel. Eder Sivers

(0007944-79.2021.5.15.0000 TutCautAnt)

Publicado acórdão em 24/04/2024.

**144 - "MUNICÍPIO DE ESTIVA GERBI. EMENDA Nº 22/2018 À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. EXPRESSÃO "COM EFEITO 'EX TUNC'" CONSTANTE NO ARTIGO 1º DA EMENDA. REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL INCONSTITUCIONAL POR VÍCIO DE INICIATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE AFASTADA." (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA nº 001/2024, de 15 de fevereiro de 2024 – Divulgada no DEJT - Caderno Judiciário de 16/02/2024, pág. 1431, DEJT de 19/02/2024, pág. 1921 e DEJT de 20/02/2024, págs. 729 e 730)**

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 001/2024 15 de fevereiro de 2024.**

**Tribunal Pleno em Sessão Judicial Ordinária realizada em 26 de outubro de 2023, no Processo 0009428-95.2022.5.15.0000 ArgIncCiv**

[Julgados referenciados:](#)

**2ª Turma - 4ª Câmara**

0011496-33.2021.5.15.0071 - Rel. Eleonora Bordini Coca

Acórdão publicado em 01/04/2024.

Acórdão embargos em 18/06/2024



**145 - “LEGISLAÇÃO ESTADUAL PAULISTA. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. ARTIGO 2º DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.202/2013 DO ESTADO DE SÃO PAULO. TRANSPOSIÇÃO DE SERVIDOR OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO DE NÍVEL TÉCNICO PARA EMPREGO PÚBLICO DE NÍVEL SUPERIOR SEM SUBMISSÃO A NOVO CONCURSO PÚBLICO. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. OBSERVADA A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DO TEMA 1143 DE REPERCUSSÃO GERAL.** É inconstitucional a transposição de servidor ocupante de emprego público, contratado por meio de concurso público para ocupar emprego público de nível técnico, para exercer emprego público de nível superior sem submissão a novo concurso público. Ofensa ao artigo 37, II, da Constituição Federal, ao artigo 115, II da Constituição do Estado de São Paulo e aos princípios da moralidade e impessoalidade previstos no caput do artigo 37 da Constituição. Inconstitucionalidade material configurada. Tese a ser aplicada aos processos mantidos na competência desta Especializada, observada a modulação dos efeitos do Tema 1143 de Repercussão Geral.” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2024, de 04 de junho de 2024 – Divulgada no DEJT – Caderno Judiciário de 05/06/2024, págs. 909/910; DEJT de 06/06/2024, págs. 857 e 858; DEJT de 07/06/2024, pág. 897)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 007/2024, de 04 de junho de 2024

Tribunal Pleno em Sessão Judicial Extraordinária realizada em 04 de abril de 2024, no Processo **0044226-48.2023.5.15.0000 ArgIncCiv.**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 7ª Câmara**

0011441-11.2020.5.15.0106 - Rel. Renan Ravel Rodrigues Fagundes

Acórdão publicado em 13/08/2024.

**146 - “MUNICÍPIO DE CESÁRIO LANGE. LEI nº 818/1996. ABONO DE ANIVERSÁRIO. LEI nº 1.460/2013. ABONO DE NATAL. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL.** A instituição de abono de aniversário por meio da Lei nº 818, de 26 de março de 1996 e de abono de Natal, que não se confunde com o 13º Salário, por meio da Lei nº 1.460 de 5 de dezembro de 2013, ambas do Município de Cesário Lange, violam o princípio da moralidade administrativa prevista no artigo 37, caput, da Constituição Federal e o princípio do interesse público expresso no artigo 128 da Constituição do Estado de São Paulo, na medida em que privilegiam os interesses particulares dos servidores beneficiados em detrimento do interesse público. Inconstitucionalidade material configurada.” (RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 23/2024, de 17 de outubro de 2024 – Divulgada no DEJT – Caderno Administrativo de 18/10/2024, pág. 16; DEJT de 21/10/2024, pág. 13; DEJT de 22/10/2024, págs. 06 e 07)

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 023/2024, de 17 de outubro de 2024

Tribunal Pleno em Sessão Judicial Extraordinária realizada em 05 de setembro de 2024, no Processo **0007806-78.2022.5.15.0000 ArgIncCiv.**

[Julgados referenciados:](#)

**4ª Turma - 8ª Câmara**

0010031-14.2022.5.15.0116 - Rel. Orlando Amâncio Taveira

Acórdão TST publicado em 04/09/2025